

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA

MAMEDE WILSON SIMAS ALVES

INQUIETAÇÕES SOCIOFILOSÓFICAS SOBRE CORPOS TRAVESTIS

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

MAMEDE WILSON SIMAS ALVES

INQUIETAÇÕES SOCIOFILOSÓFICAS SOBRE CORPOS TRAVESTIS

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia, pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Área de concentração: ética e filosofia política.

Orientador: Prof. Dr. Nythamar H.F. de Oliveira Júnior

Porto Alegre
2022

MAMEDE WILSON SIMAS ALVES

INQUIETAÇÕES SOCIOFILOSÓFICAS SOBRE CORPOS TRAVESTIS

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia, pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Área de concentração: ética e filosofia política.

Aprovado em ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Nythamar H. F. de Oliveira Júnior (Orientador) - PUCRS

Prof. Dr. Renata Guadagnin – PUCRS

Prof. Dra. Camila Palhares Barbosa - PUCRS

Prof. Dr. Francisco Arseli Kern – PPG/Serviço Social - PUCRS

Porto Alegre
2022

Ficha Catalográfica

A474i Alves, Mamede Wilson Simas

Inquietações Sociofilosóficas Sobre Corpos Travestis / Mamede Wilson Simas Alves. – 2022.

38 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Nythamar Hilario Fernandes de Oliveira Junior.

1. Travesti. 2. Corpo. 3. Prostituição. 4. Matriz Heterossexual. 5. Gênero. I. Oliveira Junior, Nythamar Hilario Fernandes de. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

Por todas as mulheres que me ensinaram o que é ser homem

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda travesti que abriu espaço para me contar sua história.

Agradeço a minha mãe e minha avó que sempre apoiaram meus sonhos.

Agradeço aos amigos maravilhosos que me abraçaram nos momentos de desespero e souberam me conduzir para novos caminhos.

Agradeço aos amigos da minha terra, o Norte, que me mostraram as possibilidades que o garoto do interior poderia ter.

Agradeço aos meus amigos do Sul, que me acolheram e permitiram que esse pudesse ser meu mais novo lugar, minha nova terra.

Agradeço ao meu orientador Nythamar que me ensinou, além do âmbito filosófico, que o processo de mestrado não precisa ser doloroso.

Agradeço, em especial, duas pessoas que a pandemia impossibilitou de lerem, hoje, este trabalho: ao meu avô, que por falta de oportunidade e ensino não conseguiu compreender o significado do termo “mestrado”, mas foi o maior motivador dessa trajetória.

Ao Dennis que foi um homem gay, professor, mestrando, concursado e casado, tornando-se impossível não notar sua presença e seu sorriso.

Por *todes* que tiveram sua vida negligenciada na pandemia.

Entre a oração e a ereção
Ora são, ora não são
Unção, bênção, sem nação
Mesmo que não nasçam
Mas vivem e vivem e vem

Se homens se amam, ciúmes
Se hímen, se unem
A quem costumeiramente ama
A mente ama também

Não queimem as bruxas (Não queimem)
Mas que amem as bixas, mas que amem (Que amem)
Que amem, clamem, que amem

Que amem as travas
Amém

Linn da Quebrada

RESUMO

O Brasil é o país que mais consome pornografia de sujeitos travestis e, também, o país que mais comete violência contra este público. Neste cenário, nota-se a dicotomia entre as travestis e a sociedade na qual são desejadas e exterminadas. Visando problematizar tal dicotomia, questiono como ocorre a construção do corpo da travesti e os lugares historicamente destinados a ela na sociedade, vinculados fortemente à prostituição, bem como sua possibilidade de ocupação de novos espaços. Neste percurso, busco compreender no primeiro capítulo a construção histórica desses sujeitos – nome, corpo e identidade – que se movimenta no tensionamento desta realidade, confrontada a partir do desejo e da necessidade de buscarem direitos frente às violências que as travestis vêm sendo reiteradamente submetidas, ligadas ao lugar social marginalizado que lhes vem sendo atribuído ao longo do tempo e cujo questionamento foi possível a partir da ingressão em movimentos sociais, tais quais grupos feministas e direcionados aos direitos homossexuais. A travesti torna-se um sujeito político a partir da linguagem que seu corpo representa, criando-se fronteiras de socialização por onde perpassa, rompendo com a norma de sexo e gênero, o que pode ser pensado por meio do olhar de Judith Butler, em cuja produção trata da forma excludente que determinados sujeitos sofrem a partir da matriz heterossexual, tornando-os seres abjetos, discussão pautada no segundo capítulo. No intuito de tentar explicar a identidade de gênero travesti, utilizo a crítica genealógica como metodologia, na busca de compreender qual origem e causa das categorias de identidade, discursos, práticas e efeitos que provêm das instituições que constroem o caminho que a travesti se encontra hoje. Finalizo esta dissertação comentando a entrevista (2018) realizada por Linn da Quebrada, uma travesti, preta e periférica, que perpassou, também, pela prostituição, com Judith Butler, uma das maiores produtoras de conteúdo filosófico sobre problemas de gênero, tecendo possibilidades de outros lugares e olhares para esses sujeitos: “Nunca imaginaria uma travesti entrevistando uma filósofa.”

Palavras-chave: Travesti; Corpo; Prostituição; Matriz Heterossexual; Gênero;

ABSTRACT

Brazil is the country which most consumes transvestite pornography and also the one which commits most violence against these people. In this sense, it is possible to notice the dichotomy between the trans individuals and society, in which they are at once desired and exterminated. In order to problematize this dichotomy, I question how the construction of the transvestite's body occurs and the places historically destined for her in society, strongly linked to prostitution, as well as her possibility of occupying new spaces. In this Master's thesis, I seek to understand in the first chapter the historical construction of these subjects – their name, body, and identity – who move in the tension of this reality, confronted from the desire and the need to seek rights in the face of the violence that trans folks have been repeatedly subjected to, linked to the marginalized social place that has been assigned to them over time and whose questioning was possible from the entry into social movements, such as feminist groups and directed to homosexual rights. The transvestite becomes a political subject based on the language that her body represents, creating boundaries of socialization wherever she goes, breaking with the norm of sex and gender, which can be thought through the eyes of Judith Butler, whose insightful production deals with the exclusionary way that certain subjects suffer from the heterosexual matrix, making them abject beings, a discussion guided in the second chapter. In order to try to explain the transvestite gender identity, I use genealogical critique as a methodology, in an attempt to understand the origin and cause of the categories of identity, discourses, practices and effects that come from the institutions that build the path that the transvestite is today. I conclude this thesis by commenting on the interview (2018) carried out by Linn da Quebrada, a transvestite, black and peripheral, who also went through prostitution, with Judith Butler, one of the greatest producers of philosophical content on gender issues, weaving possibilities of other places and looks for these folks: “I would never imagine a transvestite interviewing a philosopher.”

Keywords: Transvestite; Body; Prostitution; Heterosexual Norm; Gender

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE A CONSTRUÇÃO DO NOME E IDENTIDADE TRAVESTI	23
O movimento travesti, de onde ela vem?	24
CAPÍTULO 2 – A (RE) CONSTRUÇÃO DE UM CORPO.....	32
A dicotomia entre Masculino e Feminino	33
CAPÍTULO 3 – O IDENTIFICAR-SE TRAVESTI E A PROSTITUIÇÃO COMO CAMINHO DE EXISTÊNCIA	42
Estratégias de Enfrentamento	51
CAPÍTULO 4 – PANDEMIA DA COVID-19: SE DAS RUAS ELAS VIVEM, COMO VIVER SE NÃO PODEM ESTAR NAS RUAS?	63
CAPÍTULO 5 – INQUIETAÇÕES SOCIOFILOSÓFICAS SOBRE CORPOS TRAVESTIS, PENSANDO A PARTIR DE BUTLER.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

INTRODUÇÃO

“Curioso isso, as formas como nos habituamos a gozar e aí, depois, não há cristo que consiga fazer de outro jeito. Sair com uma profissional do sexo podia ser a oportunidade pro cliente se permitir novos gozos, novas maneiras de fruir o próprio corpo, de se conhecer, educação sexual, mas, na prática isso é impossível, porque o que eles vão buscar numa prostituta não é (auto) conhecimento, mas um alívio qualquer imediato para tantas pressões cotidianas, pras tantas repressões a que se sujeitam, a que são sujeitados. Gozar e partir. Uma pena: sei bem mais coisas que isso”.

Amara Moira

“E se eu fosse pura”

O enredo que constitui a construção da obra citada acima, perpassa sobre a vida de uma travesti, doutora em letras pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), prostituta nas esquinas da cidade de Campinas em São Paulo, filha, professora e como descreve em seu livro, “travesti que se descobre escritora ao tentar ser puta e puta ao bancar a escritora”. Essa produção que traz em seu título o nome “pura”, precisou ser modificado, pois o nome original “puta” não foi aceito pela sociedade para consumo em livrarias e espaços destinados a leitura. A vergonha em transportar um objeto que carrega inúmeros significados a partir de uma palavra encaixada em uma frase, corrobora no problema desenvolvido nesta pesquisa, analisando o construto histórico das travestis na nossa sociedade até a contemporaneidade.

A dicotomia entre essas palavras apresenta uma produção de significados que direcionam os afetos, como sinaliza Michel Foucault (2003) sujeitos que se tornaram descritíveis e passíveis de transcrição, na própria medida em que foram atravessadas pelos mecanismos de um poder político. Tais vidas citadas, vidas singulares, vidas que rompem barreiras da linguagem patriarcal. Vidas que são como se não tivessem existido ou só podem existir em territórios marginalizados. Quem define a pureza de um sujeito? Quem define onde a puta pode transitar? Quais territórios a travesti pode existir?

Amara Moira percorreu pelas esquinas da cidade buscando identificação com aqueles que transitavam em territórios marginalizados, onde a construção do corpo da travesti possa estar a existir.

“E se eu *fosse* puta, e se eu não fosse”, essa oposição entre a *pura* e *puta*, binarismo¹ existente ainda em nossa sociedade, provoca preconceito, fazendo o Brasil se tornar um dos países que mais mata travestis, e ainda, também, um dos países que mais consome pornografia com travestis. Tal oposição serviu como alavanca para se compreender esse processo estrutural que advém de raízes culturais, sistemas e normas, produzindo uma desigualdade de gênero presente na sociedade.

Como nos ensina Preciado (2022) “um livro pode operar como um dildo, ao se tornar uma técnica de fabricar a sexualidade”. Que técnicas são essas que nos empurram para uma sexualidade pensada apenas na identidade masculina (macho) ou feminina (fêmea)? Como a sociedade opera na produção de dildos para determinados sujeitos? Quem daria emprego para uma professora travesti? Quem daria emprego para uma professora, prostituta, escritora e travesti?

Foucault (2003) nos sinaliza que existe uma miríade de discursos que possibilitam a aceitação ou exclusão, pontos extremos que muitas vezes se cruzam e acontecem no mesmo espaço, destinando lugares em que o sujeito é existente ou permitido a existir.

Letícia Nascimento (2021) na produção do livro *Transfeminismo*, obra que advém da coleção *Feminismos Plurais*, coordenada pela filósofa brasileira Djamila Ribeiro, discorre de forma pessoal onde o peso binarista é existente na vida de uma mulher travesti, negra e gorda (autodescrição no livro) que está presente nos ambientes acadêmicos: “Eu pensava que só poderia existir uma margem para o gênero masculino e outra para o gênero feminino. Rompendo com essa realidade, eu escolhi ser o próprio rio que corria veloz para além do vale, para um lugar onde se fazer era possível”.

O universo que se descortina diante da identidade sexual e de gênero, do considerado “diferente” da ditada padronização aplicada pela matriz heterossexual², corroborou para o meu envolvimento no âmbito acadêmico com as travestis e o público que abarca e contempla o seu espaço de vida social.

Judith Butler (2003) nomeia de matriz heterossexual “a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados”. Naturalizados aqueles que assentam diante de identificações e comportamentos determinados pela heteronormatividade. Para sustentar tal matriz é estimulada a produção de seres abjetos,

¹ Binarismo é a classificação do gênero voltado para o masculino e/ou feminino. Existindo, nessa perspectiva, apenas dois tipos de gênero.

² Explanarei melhor nos próximos capítulos a visão de Butler sobre a matriz heterossexual.

gerando assim, um ideal de normalidade, pois se faz necessária a produção de seus contrastes complementares, aqueles que são fabricados com elementos da anormalidade, corpos que vão contra o que é regra dentro da heteronormatividade (OLIVEIRA, 2020). A operação do poder é até certo ponto performativa, como nos adverte Butler (2019) elas estabelecem determinadas distinções políticas, incluindo a desigualdade e a exclusão, sem necessariamente nomeá-las, por muitas vezes permanecendo no implícito. A vigilância binária dos gêneros produz violências constantes (NASCIMENTO, 2021). Quem vigia quem? Quem tem o direito de vigiar o corpo do outro? Quem define o lugar de pertencimento de cada pessoa em sociedade?

A compreensão da exclusão persistente nos força a retroceder no processo de nomear e renomear, de renovar o que queremos dizer com “o povo”³ e o que diferentes pessoas querem dizer quando invocam o termo (BUTLER, 2019). Quem dita aqueles que pertencem ao povo? O que define essa normalidade entre os corpos? Quais corpos podem e são delegados a habitar por espaços e lugares? Quais corpos podem fazer parte do povo?

O povo é constituído por uma complexa interação entre performance, imagem, acústica e todas as diversas tecnologias envolvidas, então a “mídia” não apenas transmite quem o povo afirma ser, mas se inseriu na própria definição do povo (BUTLER, 2019). Como indagação desta construção, os objetivos gerados se voltaram para a análise de algumas delimitações que acercam o cenário e contexto social que a travesti se encontra.

Foi desenvolvida uma análise sociofilosófica que expandiu para um olhar mais amplo sobre a vida psicossocial da travesti, compreendendo as ramificações que se constroem a partir da não-identificação com o corpo ditado por um olhar puramente biológico. A travesti existe a partir deste rompimento, com o não-reconhecimento do próprio ser que lhe foi atribuído ao nascimento.

Desta forma, analisei possíveis impactos que são gerados na sua vida a partir dessa sociedade que em grande parte, segue ainda, um “olhar branco do poder” (FOUCAULT, 2003). Na tentativa de deixar mais lúdica esta citação, descrevo dois trechos de uma entrevista realizada com duas travestis que estavam se prostituindo nos centros urbanos da cidade de Belém do Pará: *“hoje em dia ser travesti é uma realização, é conseguir expressar o que eu sinto, eu não gostava e não queria ser menino, eu me sentia mal, me sentia presa em um espelho. Hoje me sinto feliz da maneira que sou,*

³ O termo “o povo” é utilizado por Judith Butler (2019) na produção do seu livro: *Corpos em Aliança e a Política das ruas. Notas para uma teoria performativa de assembleia.*

nunca gostava do jeito que me via no espelho. Hoje quando me olho, me sinto satisfeita, mas quero mudar mais ainda. Quero mudar em estética, em corpo, muita coisa pra melhorar” (ALVES, 2013). Antes da busca pelo seu reconhecimento na sociedade, a travesti caminha primeiramente para uma identificação que foge do conceito apenas biológico. A partir do momento em que é definido ainda na barriga da mãe o sexo biológico daquele feto, uma marca cultural perpassa sobre este corpo, produzindo um lugar de sujeito na sociedade, sujeito normal ou abjeto (sujeitos que fogem da normalidade). Contudo, nem todos se expressam de acordo com a norma biológica ditada ao nascimento, gerando um rompimento no padrão e produzindo um novo lugar de sujeito. Sujeito abjeto e excluído, mas ainda assim, sujeito existente e resistente. Na busca da transição para o corpo na qual se identifica, a travesti busca por cirurgias estéticas, gerando mudanças corporais sempre no intuito de “melhorar” e/ou transicionar para um corpo que se sente pertencente. A frase “me sentia presa em um espelho” mostra o não pertencimento ao que lhe foi designado, buscando um novo olhar para um novo corpo diante do mesmo espelho, se reconhecendo assim enquanto sujeito existente. *“Comecei a me identificar com o feminino, comecei então a ir em busca disso que sentia, era uma força interior”* (ALVES, 2013).

Esses corpos são objeto de muitas das manifestações que tomam a condição precária como sua condição estimulante, a busca por uma identidade na qual se permita pertencer, mesmo que esse pertencimento possa vir de lugares precários (BUTLER, 2019). A questão que se apresenta no mal-estar descrito por pessoas transexuais e travestis, “nascer em um corpo que não corresponde à imagem que têm de si – é muito similar à dos sujeitos que buscam a cirurgia plástica meramente estética para amenizar um sofrimento” (JORGE e TRAVASSOS, 2018).

O que é compreendido na interlocução em ambos os casos, é que existe um abismo entre a materialidade do corpo e a linguagem com a qual eles o vivenciam, se tornando um corpo odiado, insuportável, não reconhecível por sua própria subjetividade. Localizar a sensação de falta de completude numa parte do corpo (mamas, nariz, genitália etc) evoca a angústia intrínseca à constituição do sujeito (JORGE e TRAVASSOS, 2018).

Geralmente induzido e reproduzido por instituições governamentais e econômicas, esse processo adapta populações, com o passar do tempo, à insegurança e à desesperança (BUTLER, 2019). Pois, para as pessoas trans e travestis, a busca pela

produção do seu corpo é ir contra as normas da matriz heterossexual, que faz uso da prática da deslegitimação de seus corpos, produzindo sujeitos abjetos.

Amara Moira (2018), ao relatar um dos seus primeiros programas na prostituição, observa que o cliente já questiona e pechincha o valor: “Quanto mesmo? Vinte reais, metade do que vale esse livro, mas naquele momento isso pouco importava, e nem hoje importa, até porque o livro só existe hoje por conta desses vinte reais que eu vali um dia, que eu um dia aceitei” (MOIRA, 2018).

Mais de meses remoendo a ideia do “e se eu fosse”, amigos chocados só com eu me dizendo tentada, querendo me convencer de que não fazia sentido (uma, inclusive, rompeu comigo assim que, nunca conversa informal, eu confessei a ideia que me tirava o sono: sete anos de amizade e bastou “tô pensando em tentar” para tudo ir pro saco, e aqui a gente já vê o peso do estigma que carregamos – “te aceitei travesti, mas não puta... você vai pegar AIDS, ser violentada, não tem como, tchau”), e o que ninguém entendia é que não tinha escolha. Decisão tomada, eu só estava pensando os meios, as desculpas esfarrapadas que eu alegaria. Uma vida vivendo o sexo de maneira precária, me sentindo um lixo por desejar homens e refém desse meu desejo, transando com quem quer que fosse desde que anônimo, foda-se tamanho do pau, peso, altura ou nível de beleza. Aí, de repente, descubro que talvez essa seja a profissão que, enquanto travesti, eu terei fácil pela frente. Sou tratada igual puta bem antes de me assumir puta, quase uma tatuagem na testa: bastou me verem travesti e já começa o assédio, assédio de que nunca tive notícia enquanto posava de homem (MOIRA, 2018).

Cada um de nós pode se ver sujeito de privação, dano, doença, debilitação ou morte em decorrência de eventos ou processos fora do nosso controle (BUTLER, 2019). Em cada espaço que o sujeito se encontra, torna-se dependente das relações sociais que vai estabelecendo, conseqüentemente essas relações produzem uma infraestrutura para manter uma vida vivível, essa organização está ligada a um senso profundo de manutenção da vida individual, como pontua Butler (2019) “como a vida é mantida, como a vida é viável, com que grau de sofrimento e esperança”.

“Já viu travesti professora, advogada, cientista, médica? [...] Meu medo era, antes, a violência da exclusão, me ver pária da noite pro dia, tratada feito lixo, perder família e amigos, círculo social, não ter um teto pra chamar de meu, o direito de continuar estudando, de poder buscar emprego que não fosse esse que não consideram emprego: puta. [...] Definitivamente, agora eu era outra e estava disposta a pagar o preço, quer dizer, cobrá-lo, ganhar pelo que eu soube aprender, pelo desejo que me coube atçar. Dois níveis então de foda-se: não só me fazer como também dizê-lo em minúcias, gritar minha condição, escrever sobre a rua ao mesmo tempo que a vivo, essa agora tão minha, essa que só meus olhos e cu e boca, essa onde eu era livre” (MOIRA, 2018).

O meu envolvimento com as travestis iniciou quando tinha 18 anos e me mudei da cidade de Altamira (interior do Pará) para a cidade de Belém (capital), importante

refrisar essa mudança, pois os conhecimentos e visão de mundo que são adquiridos por cada sujeito, perpassa também pelo lugar de experiência. Até aquele momento, não sabia sobre a existência da travesti, talvez por nunca ter tido a oportunidade e possibilidade de encontrá-la ou identificá-la nas ruas da cidade em que morava, cidade pequena com poucos habitantes. Na televisão eram apresentadas na forma de comédia, onde a possibilidade de sua existência servia apenas para fazer o outro rir. Um corpo para o outro achar engraçado.

Por ser uma performática duvidosa entre as expressões de gênero masculino e/ou feminino, a travestis transitavam nesse espaço, contudo ainda não verbalizando a identidade desejada, pois uma travesti não quer apenas se apresentar em certos momentos enquanto mulher para a sociedade, ela é mulher em tempo integral. Mesmo com a performatização da imagem da travesti nas televisões brasileiras, não se havia diálogo sobre seus corpos e identidades. Ficando no sigilo.

Quando enxerguei pela primeira vez uma travesti na rua, sua apresentação era sexy, contudo, intimidadora⁴. O evento que capturou a minha atenção e me direcionou para um aprofundamento em estudar e entender esta temática ocorreu quando vi uma adolescente de 17 anos (começamos a conversar e ela falou sua idade) se prostituindo em uma esquina no bairro do Reduto em Belém do Pará.

A experiência me mobilizou, ao ver naquele momento um sujeito travestido como mulher, possuindo corpo, gestos, palavreados, com uma quase perfeição feminina, gerando curiosidade nas pessoas que transitavam pelo local, indagando se aquele indivíduo era homem ou mulher. Pois, apesar de todos os contornos femininos, alguns traços ainda eram perceptíveis do antigo corpo que foi designado masculino: mão, pé, nariz, ombro, maxilar etc.

Na Graduação do Curso de Psicologia houve um aprofundamento maior nesta temática com a produção do meu TCC, intitulado “O corpo travestido e seu universo de significados diante do fenômeno da prostituição: uma reflexão gestáltica”, que objetivava, por meio de estudo, leituras e a vivência/entrevista com cinco travestis que utilizavam as esquinas da cidade como ponto de prostituição, uma análise voltada à relação e vivência com o tornar-se travesti e os significados que levavam a prostituição deste corpo. “É no contato com a nossa própria experiência que elaboramos as noções fundamentais das quais a Psicologia se serve a cada momento” (MERLEAU-PONTY,

⁴ Será explanado mais a frente quais estratégias que as travestis utilizam para intimidar entidades que praticavam violências sobre seus corpos.

1971; apud FORGHIERI, 2004). Desta forma, estar no momento exato onde há o encontro da travesti com o possível cliente (na hora do encontro inicia outra dinâmica na relação, a negociação do valor) corroborou para um olhar mais aprofundado da subjetividade daquele sujeito vinculado aquele espaço político social.

É importante destacar, conforme o psiquiatra e psicanalista Robert Stoller que introduziu o conceito de “identidade de gênero ou gênero, como é mais usado, para diferenciar o sexo, no sentido anatômico, da identidade, no sentido social e psíquico” (PORCHAT, 2014).

Apesar da separação dos sentidos, a construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infindavelmente (LOURO, 2008). Portanto, ambos transitam entre si, produzindo um determinado sujeito, único.

[...] o sofrimento advindo da inadequação entre sua anatomia, seu gênero, seu desejo e sua prática sexual, inadequação esta que resulta de uma predominância da heterossexualidade – onde esses quatro itens aparentam uma concordância – dentro da visão de mundo manifesta na sociedade [...]. E ainda que o sentimento de inadequação seja vencido, resta o confronto com a sociedade que estigmatiza e por vezes, agride, em nome de um ideal de gêneros “inteligíveis”, aqueles que aparentemente “...mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2003, p. 38; apud PORCHAT, 2014).

Michel Foucault (1987), afirma que o corpo é apresentado como superfície e cenário de uma inscrição corporal, pois, o corpo é a superfície inscrita pelos acontecimentos, engendrados por uma ordem discursiva que regula os prazeres e expressões, deixando-o sempre à deriva, pois como nos alerta Foucault (1987), nem mesmo o corpo é suficientemente estável para servir como base de autorreconhecimento ou de compreensão genérica das outras pessoas, evidenciando a constância da inscrição cultural que se abate sobre o mesmo.

No próprio discurso filosófico, a noção de “pessoa” tem sido analiticamente elaborada com base na suposição de que, qualquer que seja o contexto social em que “está”, a pessoa permanece de algum modo externamente relacionada à estrutura definidora da condição da pessoa, seja esta a consciência, a capacidade de linguagem ou a deliberação moral (BUTLER, 2020, p. 42 e 43).

Filosoficamente, a Gestalt-terapia se apoia na fenomenologia e no existencialismo, porém, obteve seu reconhecimento como abordagem dentro do movimento da psicologia denominado humanista (JULIANO, 1999).

Tanto para a Gestalt-terapia como para o existencialismo, segundo Cardella (2002) o sujeito é o intérprete mais fiel de si mesmo, centro de sua própria liberdade e

libertação, detentor do poder sobre si mesmo, sujeito singular, pois o motivo que leva o mesmo a exercer certas ações, não pode ser comparado à vivência de nenhum outro sujeito.

A partir desse viés, busquei na filosofia inspiração em autores que trazem em sua construção um olhar para o corpo, sexo e identidade de gênero. Com isso, identifiquei na produção de Judith Butler, filósofa americana, que se apropria sobre as construções do corpo e identidade ou como ela se refere, “problematizando o gênero”. Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é (BUTLER, 2020).

De acordo com cada contexto histórico, o gênero se estabeleceu a partir de interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2020).

A filósofa francesa, Simone de Beauvoir, teve um papel fundamental na construção de críticas sobre a matriz heterossexual. A famosa frase: *Ninguém nasce mulher: torna-se mulher*⁵ corroborou para um novo olhar sobre o lugar da mulher na sociedade. Para Beauvoir, o sexo é imutavelmente um fato, mas o gênero é adquirido, o gênero é a construção cultural variável do sexo (BUTLER, 2020).

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira (BUTLER, 2020). O gênero é puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico. Não existe um sem o outro (PRECIADO, 2022).

Michel Foucault (1985) em sua produção sobre a sexualidade, assegura que é um dispositivo histórico de poder que tem como fundamento a inserção do sexo em sistemas de utilidade e regulação social. A sexualidade como dispositivo, opera por meio de discursos e práticas sociais, regulamentando a vida social. Portanto, aquilo que é dito aceitável dentro da normalidade, acaba evidenciando o sujeito na produção da sua sexualidade. A regulação tanto da linguagem quanto das ações de um binarismo dominante, onde há uma oposição entre o correto e o incorreto.

É evidente que em um nível molar o campo social se organiza através dessas segmentaridades binárias (DELEUZE & GUATTARI, 2008) de modo que ainda podemos ver em diversos discursos (seja nas mídias, no direito, na ciência etc.) uma nítida separação entre essas duas esferas. Frequentemente nos deparamos com fortes tendências que mantêm as discussões sobre sexualidades, prazer, erotismo, corpo e gênero no campo do privado, como se essas questões não compusessem um corpo próprio de infinitas tensões no campo político. Beatriz Preciado (2008b), nos rastros do pensamento foucaultiano, salienta que uma das características própria às sociedades modernas não foi ter obrigado o sexo a permanecer no âmbito privado, “mas

⁵ Grifo meu.

ter produzido as identidades sexuais e de gênero como efeitos de uma gestão política dos âmbitos privados e públicos e de seus modos de acesso ao visível” (SANTOS, 2016).

A categoria do sexo é a categoria política que funda a sociedade heterossexual (WITTIG, 1982; apud BUTLER, 2020).

Preciado (2022) fortalece essa teoria nos convidando a pensar sobre a plasticidade sexual como algo que ultrapassava a política de gênero da época, algo que implicava a fabricação de um outro regime de desejo. Beatriz Preciado assim era intitulada com seu nome civil, descortina em corpo nu o sentimento de vivências que um corpo queer possui. “Percepção de que **nós**⁶ somos a revolução que já está em curso”.

Importante reafirmar que a produção de material sobre esta temática, ainda é majoritariamente desenvolvida por homens cisgêneros. Ter Preciado como filósofo, representa um olhar ainda mais aprofundado perante a experiência vivida sobre este assunto. Atualmente é um dos principais pensadores contemporâneos das novas políticas do corpo, de gênero e da sexualidade (PRECIADO, 2022).

Constituí como indagação para a produção desta dissertação e adotei como ponto de partida, possíveis inquietações sociofilosóficas sobre a construção do corpo e identidade das travestis que realizam essa ruptura da matriz heterossexual.

Nesse sentido, a natureza desta pesquisa se reveste de importância social e a colaboração científica para com a comunidade acadêmica de diversas áreas, não há como abusar da prática da filosofia e psicologia, sem utilizar as produções da antropologia, da sociologia, da história, de ciências políticas.

Outro pilar importante foi compreender como as travestis se tornaram marginalizadas pela sociedade, sendo destinadas ao uso do próprio corpo (corpo também em transição para a autoaceitação) para prostituição, em muitos casos, prostituição nas ruas e em locais marginalizados. Com o rompimento da fronteira heteronormativa e produção deste novo corpo, corpo ao qual ela se identifica, gera impactos no seu desenvolver de vida. Compreender estes aspectos ajudou a discorrer melhor sobre sua performance identitária e a produzir mais diálogos acadêmicos voltado para este público.

⁶ Grifo meu. Me encontro também nesse lugar de “nós”. Hoje, me identifico como um homem cisgênero homossexual. Apesar de fazer parte da comunidade LGBTQIAP+, não posso deixar de destacar o meu lugar de privilégio, por ser branco, cisgênero e por outros mais motivos que envolvem essa cultura patriarcal. Meu intuito não é transcrever o meu olhar enquanto homem cisgênero homossexual, mas sim, corroborar perante o meu envolvimento com a comunidade para a construção de um olhar sociofilosófico da vida da travesti.

Segundo o relatório anual do Grupo Gay da Bahia, no Brasil a cada 20 horas um LGBTQ+ é brutalmente assassinado, o que coloca o país como o campeão mundial de crimes contra minorias sexuais (ZAPATA, 2020).

É identificado como outro benefício à contribuição com a superação da escassez de dados e estudos sobre a realidade das travestis que se prostituem nas regiões marginalizadas. Com o desenvolver desta pesquisa, pode-se tornar visível os sentidos e contextos que provocaram elaborações na área que intencionam a superação de preconceitos, promover o rompimento de intolerâncias sociais, produção de material científico válido, o enriquecimento da ciência em geral no campo da Psicologia, da Filosofia, da Antropologia, da História em suas diversas áreas, aumentando o conhecimento e a prática de psicólogos e demais profissionais sobre essa temática.

Fatores sociais que tomam vulto na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, como a questão do casamento gay, da adoção de crianças por casais homoparentais, mudança na estrutura de parentesco e o surgimento de novas práticas sexuais, assim como a manifestação de novas identidades – transgêneros, *drag queens*, *drag kings*, *butchs* – nos fazem questionar noções tradicionais de gênero. Não há como isolar a prática psicanalítica *e/ou psicológica* das contribuições da antropologia, da sociologia e da história (PORCHAT, 2014).

Vivendo em uma sociedade que segue uma matriz heterossexual, patriarcal, machista e homofóbica/transfóbica, observa-se que os discursos sobre corpo, sexualidade e gênero fomentam à violência às pessoas que não se encaixam nos ditos padrões heteronormativos, ainda mais quando referimos ao público das travestis, cuja existência rompe com padrões dicotômicos pautados por noções de sexo e gênero e por noções trabalhistas quando tendem a vender seu corpo enquanto produto de consumação.

Esta pesquisa teve incentivo do programa CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) possibilitando subsídio para este estudo com bolsa, estimulando também mais produções sobre esta temática, tendo como relevância social a colaboração científica para com a sociedade.

Com esse construto foi possível compreender melhor os fenômenos sociais, culturais e políticos que se produzem em torno da travesti, sem esquecer da sua subjetividade e construção individual, na qual faz todo ser humano singular. Na linguagem filosófica, o discurso que perpassa para a constituição do sujeito enquanto pessoa é pensada na interpretação do seu contexto social, cultura na qual pertence, se sente pertencente ou busca pertencer.

Meu incômodo veio na busca de compreender que lugar é esse que é produzido sujeitos abjetos? Quem definiu as normas para o corpo desses sujeitos? Por que os corpos das travestis se encontram como sujeitos abjetos?

A extensão para um olhar sociofilosófico, veio na premissa de compreender esse sujeito que é determinado como único, ainda que seja efeito de uma produção perante a sociedade e a cultura nas quais está alocado. Butler (2020) quando produz o livro “Problemas de Gênero” inicia sua indagação questionando:

Qual medida as *práticas reguladoras* de formação e divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, e, a rigor, o *status* autoidêntico da pessoa? Em que medida é a “identidade” um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva de experiência? Em como as práticas reguladoras que governam o gênero também as noções culturalmente inteligíveis de identidade? (BUTLER, 2020).

Não temos como falar da travesti sem entender o lugar de mundo que ela se encontra. Que tipo de sociedade e espaço a mesma frequenta ou é permitida frequentar, cada fragmento desse lugar fala do seu corpo, da sua identidade, do seu estado de ser.

As discussões geradas em torno da travesti e sua performance corroboram com o cerne investigativo que aqui se propõe, tecendo o conhecimento que se tem acerca do fenômeno travesti e utilizando a filosofia como base norteadora para análise de tais contextos.

Os processos de transformação do gênero, explanados no caso das travestis e suas construções corporais, contribuem para ampliar a compreensão dos processos culturais da construção do corpo, do gênero e da sexualidade (BENEDETTI, 2005). Entre os muitos contextos comunicativos que as travestis informam socialmente por meio dos seus corpos, irei destacar mais adiante, sua relação com a prostituição.

Inicialmente, no contexto histórico, estas iniciaram sua identificação no exercício da prostituição em via pública. Isto porque a prostituição opera como um agravante à condição sociodesvalorizada das mulheres e conseqüentemente, das travestis.

Na busca da construção desse corpo, socialização e geração de renda, as travestis se relacionam com outros indivíduos sendo clientes, moradores dos territórios marginalizados para prostituição, passantes, policiais, agressores (as) e outras travestis (FERREIRA, 2009).

No intuito de tentar compreender a identidade de gênero travesti, utilizei da crítica genealógica como metodologia, na busca de compreender qual origem e causa das categorias de identidade, discursos, práticas e efeitos que provêm das instituições que constroem o caminho que a travesti se encontra hoje. Compreende-se que é um caminhar que em um dado momento se alarga para outras ramificações, criando-se olhares de mundo. A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas (BUTLER, 2020).

Tecendo o conhecimento que se tem acerca do fenômeno que a travesti causa por onde passa, quais inquietações sociofilosóficas ocorrem na fabricação do seu corpo?

CAPÍTULO 1 – UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE A CONSTRUÇÃO DO NOME E IDENTIDADE TRAVESTI

A aquisição política que se estabelece diante da travesti se iniciou nos movimentos feministas e posteriormente, nos movimentos que buscavam direitos aos homossexuais. Tais movimentos serviram como suporte introdutório para sujeitos que não se identificavam na matriz heterossexual, permitindo buscar diálogos por outros espaços além desses lugares reservados apenas para as mulheres (feministas) e homens/mulheres (homossexuais).

As relações que estavam baseadas nesta matriz desde a década de 1960⁷ trazia como predomínio um sistema classificatório que identificava apenas o sujeito binário, homem e/ou mulher. No caso das travestis, por não possuir lugar no sistema binário, durante esse período, interpretava-se que qualquer sujeito que foi designado como homem em seu nascimento, mas em algum momento decide romper essa estrutura de gênero, era designado como sujeito homossexual e “passivo sexual” quando possuía aspecto e trejeitos femininos, mas sem criar ou adentrar em alguma outra identidade (CARVALHO e CARRARA, 2013).

Nossas experiências diversas exigem diferentes teorizações e demandas políticas dentro do feminismo (NASCIMENTO, 2021).

O termo “travesti” não era utilizado como categoria propriamente identitária. Geralmente aparecia em expressões como: “ter um travesti” e “estar em travesti”. As festas promovidas durante o carnaval no Rio de Janeiro, permitia a possibilidade de se montar⁸, esse processo se tornava um evento para homens homossexuais, poder produzir-se conforme seu desejo (COSTA, 2010; GREEN, 2000; apud CARVALHO e CARRARA, 2013). Nesse período histórico as travestis eram invisibilizadas, sem permissão para possuir e exercer uma identidade, tais eventos e espaços eram necessários para satisfação (momentânea) desse desejo.

⁷ Para compreender com maiores detalhes sobre este período histórico, o artigo “em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento travesti e transexuais no Brasil”, autores Carvalho e Carrara, 2013.

⁸ Montar é uma expressão utilizada pelas travestis para se produzir enquanto mulher, incorporar esse lugar. Mais bem explanado no livro “E se eu fosse pura” – Amara Moira, 2018.

A travesti quando começa a se identificar como mulher, ao incorporar atitudes semelhantes ao feminino, introduzindo em seu contexto diário esse lugar, estabelece um tipo de corpo para a sociedade, que se manifesta além desses eventos casuais.

Peres (2011) afirma que o corpo é sua chave para essa formação pessoal, esclarecendo que *não se nasce travesti, mas se torna*⁹. A busca pela transformação corporal, corrobora para que o sujeito possa nomear-se travesti. Como as próprias travestis costumam explicar, ser travesti é apresentar-se socialmente como mulher em tempo integral, ou como elas costumam dizer, **“travesti é quem passa 24 horas por dia como mulher”**¹⁰ (FERREIRA, 2009).

Neste capítulo irei discorrer sobre um apanhado histórico para que o leitor consiga compreender em que momento a travesti tornou-se sujeito visível e com possibilidades de direitos diante da sociedade, obtendo um nome e identidade própria. Meu movimento não é o de compreender o significado histórico da palavra, mas como essa palavra coloca a travesti nesse lugar social. Abordarei os movimentos políticos que impulsionaram a construção do seu nome, para assim, poder discorrer sobre o vínculo que se estabelece em seu corpo e sua identidade.

1.1 O movimento travesti, de onde ela vem?

No período dos anos de 1970 e 1980 o mundo parecia tomar outro direcionamento sobre sua constituição política, reformulando e construindo uma estrutura institucional para aqueles que exigiam o reconhecimento da diferença no campo sexual, racial, de gênero etc. Tal visibilidade foi importante para alguns grupos como: negros, mulheres e pessoas homossexuais (homem ou mulher). Uma política das defesas das minorias funcionou como motor importante do alargamento das possibilidades sociais de reconhecimento. Contudo, reconhecimento ainda não existente na vida da travesti (Safatle, 2012).

⁹ Grifo meu.

¹⁰ Grifo meu.

Apesar da travesti basear a construção da sua identidade a partir de um referencial da mulher cisgênero¹¹, ela rompe novamente o sistema binário por desejar permanecer com seu órgão genital ou não fazer disso uma questão prioritária.

O surgimento do debate político sobre transexualidade e a possibilidade de construção da categoria “transexual” como uma identidade diferente da “travesti” são recentes, emergindo entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000. Durante esse período, historicamente no Brasil existiram dois caminhos que as travestis percorreram para poder realizar tais debates políticos e ter seu próprio espaço e visibilidade. O primeiro, proveniente da violência policial acometido nos locais de prostituição. A segunda, surge da ação de ONGs vinculadas ao movimento homossexual¹² ou ao movimento de luta contra a AIDS¹³. Com a iniciativa destes dois movimentos, as travestis começaram a incorporar seu lugar enquanto sujeito político, utilizando este movimento como suporte e escada para sua autonomia identitária, buscando consolidar sua categoria (CARVALHO e CARRARA, 2013).

Os dois momentos surgem como alavanco fundamental para a constituição desse movimento de luta, a partir disso, foi criada a primeira casa de apoio a pessoas com HIV/AIDS no Brasil. Ainda em 1984, Brenda Lee, uma travesti da cidade de São Paulo, passou a acolher em sua casa os chamados “pacientes sociais”, pessoas que embora não necessitassem de internação hospitalar, não possuíam a mínima condição de exercer algum tipo de trabalho e/ou ocupação profissional e precisavam de cuidados médicos diários. Importante o questionamento, se atualmente é negado um lugar de trabalho formal¹⁴ para as travestis (além dos trabalhos suburbanos na qual são direcionadas e a partir disso, julgadas ao realizarem tais trabalhos), imaginemos há 38 anos. Inicialmente chamada de “Palácio das Princesas”, a casa de Brenda Lee passa a se chamar, em 1986 “Casa de Apoio Brenda Lee”, **estando em funcionamento até hoje**¹⁵ (CARVALHO e CARRARA, 2013).

¹¹ Cisgênero é quando o sujeito se identifica com o sexo que foi designado em seu nascimento.

¹² Comunidade que surgiu primeiramente como defesa dos seus direitos por meio dos movimentos feministas

¹³ Movimento que também foi vinculado, na época, com a comunidade homossexual, principalmente por “homens gays”.

¹⁴ Será explanado mais adiante as impossibilidades atuadas para a exclusão das travestis em trabalhos formais e quando ocorre, são números pequenos comparado a grande massa que se prostitui em territórios marginalizados.

¹⁵ Até a produção deste material a Casa de Apoio Brenda Lee está em funcionamento, contudo, muitos espaços semelhantes foram fechados por conta da pandemia de COVID 19.

Percebe-se que a construção do movimento que defende as travestis, surge por meio de outros movimentos que defendiam algumas minorias¹⁶. Em 1992 no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), algumas travestis que utilizavam como ponto de prostituição a Praça Mauá, localizada na região portuária da cidade do Rio de Janeiro, reuniram-se para estruturar a primeira organização política de travestis da América Latina e a segunda do mundo. De acordo com Jovanna Baby¹⁷ a Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL) nasceu da necessidade de organização das travestis em resposta à violência policial, principalmente nos locais tradicionais de prostituição da cidade, como a Lapa, a Central do Brasil, Copacabana e a própria Praça Mauá. A ação policial contra as travestis, que acontecia na época, é descrita¹⁸ por Jovanna Baby: “A gente ficava na delegacia de 7 até as 4 da manhã, justamente para eles impedirem a gente de ganhar o nosso sustento. A gente não sabia o que fazer” (CARVALHO e CARRARA, 2013).

O relativo sucesso em suas primeiras ações teria sido um motivador para as integrantes da ASTRAL organizarem, ainda em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que viria a se chamar ENTLAIDS, sob o slogan “Cidadania não tem roupa certa”. Este encontro contou com 95 participantes de cinco estados. A partir dele surgiram outras organizações, como o Grupo Esperança em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) em 1995; o grupo Filadélfia também em 1995, em Santos; o grupo Igualdade, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), de Aracajú, ambos em 1999 (CARVALHO e CARRARA, 2013).

Apenas em 1995, pela primeira vez, na cidade de Curitiba, 31 grupos de travestis participaram formalmente de um espaço no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Em seu domínio criava-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Sua missão é promover cidadania e defender os direitos humanos, contribuindo, assim, para uma democracia sem discriminação. “Procuramos estar juntos com todos os grupos de pessoas discriminadas e defender a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero, inclusive a heterossexualidade, que é fundamental também para a convivência” (REIS, 2011).

¹⁶ No início desses movimentos apenas alguns sujeitos eram defendidos, como mulheres cisgêneros e homossexuais.

¹⁷ Fundadora da primeira ONG de travestis do Brasil, a Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL); organizou o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados em 1993; ocupou a presidência da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Na produção de Carvalho e Carrara, 2013 existem mais detalhes sobre a vida de Jovanna Baby.

¹⁸ Entrevista realizada com Jovanna Baby em 18/06/2010 por Carvalho e Carrara, 2013.

Importante pontuar que a gestão 2010/2013 da ABGLT foi a primeira a ter uma travesti em sua diretoria executiva, para além do cargo de vice-presidente trans. Para as travestis, conquistar e pertencer a este cargo vêm como feedback¹⁹ de todo o seu percurso de luta e batalha histórica com a sociedade. A diretoria da ABGLT é constituída de modo peculiar, uma vez que é composta por uma presidência e dois cargos de vice-presidente, sendo um destinado às lésbicas e outro às travestis e transexuais. A ausência de uma vice-presidência destinada a pessoas que se identificam como gays parece indicar que a presidência seria naturalmente ocupada por eles (CARVALHO e CARRARA, 2013).²⁰

Como pontuado anteriormente, perante uma sociedade patriarcal, o lugar de comando desse sistema sempre é comandado por um homem cisgênero. Mesmo que atualmente tenhamos evoluído e alavancado possibilidades de existência para pessoas que não se identificam dentro do sistema binário, a maioria dos cargos de alto escalão são destinados a homens brancos cisgêneros.

A associação também incentivou a realização de eventos para marcar várias datas comemorativas, em especial: o dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro), data em que houve a primeira campanha do Ministério da Saúde para travestis (REIS, 2011).

O termo “travesti” passou então oficialmente a fazer parte da sigla EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis) que aconteceu em 1997 (Simões & Facchini, 2009; apud CARVALHO e CARRARA, 2013).

Outro destaque importante é a letra “T” acrescida à sigla do movimento que referia apenas a “travestis”, não sendo utilizada por pessoas transexuais. Sua entrada formal da categoria “transexual” passa a ter maior presença no cenário político nacional em meados da década de 2000. Nesse mesmo período, em dezembro de 2000, novamente na cidade de Curitiba, a organização de uma rede nacional de ONGs de travestis e transexuais se concretiza na criação da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), configurando-se como a maior rede de travestis e transexuais da América Latina, que conta com mais de 127²¹ organizações afiliadas que desenvolvem ações para promoção da cidadania da população de Travestis e Transexuais. A ANTRA aceita afiliações de ONGs exclusivamente de travestis e

¹⁹ Termo que vem do inglês e tem o significado de dar o retorno a uma resposta ou ação.

²⁰ Citação retirada da nota de rodapé.

²¹ Número retirado do site ANTRA e até o final da construção dessa dissertação 09/03/2022 continha tal numeração.

transexuais e das chamadas ONGs mistas, desde que estas sejam representadas por uma travesti ou transexual (CARVALHO e CARRARA, 2013).

“Resistir pra existir, existir pra reagir”²² com este tema na página inicial do site da ANTRA, tal tema foi a público no 29 de janeiro de 2018²³ a fim de chamar a atenção para as graves violações de direitos humanos da população de Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil, sendo o país que mais extermina este público no mundo, com o índice três vezes maior que o segundo colocado, o México, com cinquenta mortes por ano.

Durante o percurso sobre a transexualidade, Carvalho e Carrara (2013) fomentam dentro do movimento LGBT, no período da Constituição de 1988, houve um processo de luta pela inclusão do termo identidade de gênero, que foi importado da sexologia, o referido termo incorpora e faz propriedade do vocabulário militante ao lado do conceito de orientação sexual. O uso de tal nomenclatura ocorreu para fortalecer e separar o que é identidade de gênero e o que é desejo sexual. A identidade de gênero se configurou como elemento fundamental na consolidação da distinção identitária entre travestis e transexuais. Quando é pensado o conceito diante das nomenclaturas LGB – lésbicas; gays e bissexuais; é pensado o movimento por questões ditadas pela orientação sexual, o T que iniciou com a travesti e agora acopla também a pessoas trans²⁴ (homens trans ou mulheres trans) segue uma estrutura relacionada à identidade de gênero, como me identifico no mundo.

Indianara²⁵ pronuncia-se de forma didática sobre as razões da inadequação do conceito de “orientação sexual” no que se refere à experiência de travestis e transexuais: “Um homossexual, a orientação dele é **homossexual porque ele ‘gosta de’ ou ela ‘gosta de’**. Entendeu? **Uma transexual, uma travesti não... não é porque ela ‘gosta de’, é porque ela ‘se identifica com’**. Entendeu? Então, é essa a diferença, a partir do momento em que ela “se identifica com”, a orientação dela ou dele pode ser para isso, ou para aquilo, ou para os dois, ou para tudo. Por isso que é uma identidade de gênero, ou seja, eu me identifico com o feminino. Eu sou uma mulher trans. Eu me identifico com as mulheres. Eu transformei meu corpo... ou... a minha alma se identifica com as mulheres. Então, eu sou uma mulher trans, assim como existem homens trans. **Então, é uma identidade de gênero, vai além da orientação sexual** (CARVALHO e CARRARA, 2013).²⁶

²² Grifo meu.

²³ Última postagem na página inicial do site.

²⁴ Sujeito que não se identifica com a identidade na qual foi designado ao seu nascimento.

²⁵ Relato retirado da entrevista realizada com uma travesti que participava de movimentos políticos.

²⁶ Entrevista realizada no dia 27/07/2010.

Outra fala importante e necessária que refere ao movimento LGBT, pronunciada por Majorie Marchi²⁷, expõe com clareza a posição politicamente instrumental que, segunda ela, travestis ocupam espaços em um movimento liderado por gays e lésbicas:

“o que eu falo muito entre as travestis, que é o gay estudioso, acadêmico, político, funcionário público, o gay e a lésbica... e as travestis são meia dúzia de pobres coitadas que já cansaram de apanhar e, até para ter uma movimentação política, tiveram de vencer as suas deficiências, as suas dificuldades e conseguir pôr-se de pé com pessoas muito mais preparadas. Obviamente que em algum momento isso vai aparecer contrário a você. Aí utilizam o despreparo, o histórico e as peculiaridades, como a impossibilidade do acesso, da frequência no ambiente escolar, para se criar uma tutela, uma blindagem onde não deixam a voz daquelas pessoas externar. **A travesti tem um lugar na legitimação da miséria LGBT** (CARVALHO e CARRARA, 2013).²⁸

Ao afogar-se nesse lugar de miséria, como já explanado anteriormente, as travestis surgem estabelecendo contato com a sociedade que ao perceber sua existência a direciona há um dos poucos lugares de possibilidades de sobrevivência, a prostituição, que na maioria das vezes é praticada nas ruas (esquinas).

O que se percebe a partir desses relatos é a grande distância social que separa os diferentes atores políticos do movimento LGBT. Existe uma forte pressão internacional para a alteração dos termos adotados no Brasil, como no caso o termo travesti, que é utilizado na América Latina. Segundo Bete Fernandes²⁹, a tentativa de se incorporar “transgênero” buscava propiciar uma união entre as travestis e transexuais que facilitaria o acesso aos financiamentos. Diante desta condição, observa-se dois elementos na proposição do uso do termo “transgênero”: a união política e ideológica entre travestis e transexuais que facilitaria o acesso a recursos e a pressão por adequar os termos utilizados no Brasil àqueles usados internacionalmente. Porém, as consequências dessa união e da submissão das categorias identitárias brasileiras às categorias internacionais

²⁷ Majorie Marchi é uma das principais lideranças do movimento LGBT no Rio de Janeiro. Fundadora e ex-presidente da Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (ASTRA Rio), ex-vice-presidente da ANTRA e vice-presidente do Conselho Estadual LGBT do Rio de Janeiro, passou a ter maior participação no movimento de travestis e transexuais após o falecimento de Hannah Suzart, militante de extrema importância para o movimento naquele estado. (retirado da nota de rodapé do artigo de Carvalho e Carrara, 2013. Em direção a um futuro trans: Contribuição para a história do movimento de travesti e transexuais no Brasil.

²⁸ Grifo do autor. Entrevista realizada no dia 20/09/2010.

²⁹ Bete Fernandes que participa da entrevista (nota de rodapé que consta no artigo), refere-se a esta pessoa como participante do Movimento de Transexuais de Campinas. Fundadora da Associação de Travestis de Goiás (ASTRAL-GO) e do Fórum de Transexuais de Goiás, organizações que presidia no período da pesquisa de Carrara. Também foi participante da Aracê – Rede Social em Direitos Humanos, Feminismos e Transexualidade.

foram consideradas mais negativas que benéficas pelo movimento (CARVALHO e CARRARA, 2013).

A Europa tem uma unificação... Só existem transexuais, não existem travestis, o termo travesti só existe na América Latina e no Brasil. [...] Eu vejo todas como transexuais, apesar de muitas não quererem se identificar por n motivos, o que eu também compreendo, mas vejo todas como transexuais justamente porque não há essa concordância do sexo biológico com o gênero que se vive (CARVALHO e CARRARA, 2013).³⁰

Quando é pensando a categoria transexual em uma identidade política diferente da categoria travesti, torna-se necessário considerar a popularização do vocabulário médico-psiquiátrico e a disponibilização de tecnologias para a cirurgia de “mudança de sexo” nos serviços públicos de saúde.

Quando a noção de “homossexualidade” desaparece dos manuais psiquiátricos, as noções de “intersexualidade” e “transexualidade” aparecem como novas patologias para as quais a medicina, a farmacologia e a lei propõem remédios (PRECIADO, 2022). “Uma delas chegou a perguntar quem poderia dizer se ela é uma transexual, mesmo não querendo fazer a cirurgia, e se ela deveria procurar um psicólogo para ter certeza” (CARVALHO e CARRARA, 2013).

Em janeiro de 2018, o Conselho Federal de Psicologia brasileiro estabeleceu as normas de atuação dos profissionais de psicologia em relação às pessoas transexuais e travestis, vedando qualquer terapia de reversão da orientação sexual e/ou identidade de gênero (JORGE e TRAVASSOS, 2018).

Esse lugar do “saber médico” é muito perigoso, pois gera uma responsabilidade patológica e orgânica em cima desse sujeito. Quem dirá o que sou? Quem sou? Quem irá permitir e aprovar meu lugar de pertencimento? Deveria ser o saber médico? Deveria ser o saber do próprio sujeito?

Diferentemente das doenças orgânicas, na qual é possível detectar alguma lesão ou disfunção no corpo, a transexualidade é explicada exclusivamente pela dimensão psíquica, como acontece nos quadros psiquiátricos (JORGE e TRAVASSOS, 2018).

A transfobia nos exclui, a prostituição nos abraça e a putafobia amplia a exclusão a que já estamos sujeitas só por meramente existir (MOIRA, 2018). Ao compreender o

³⁰ Entrevista com Fernanda Moraes realizada no dia 18/11/2010.

apanhado histórico da construção da travesti face à militância exercida e a inclusão do seu papel social, compreende-se que seu corpo se inscreve com esta identidade e a coloca em uma posição. Que posição as travestis podem obter de lugar social a partir do seu corpo?

CAPÍTULO 2 – A (RE) CONSTRUÇÃO DE UM CORPO

Filho (2016) aborda em seu livro “(Homo) Sexualidades e Foucault” que o processo de construção de gênero, acontece desde o início da vida. Contudo, sofre variações de acordo com cada cultura e tempo histórico específico, de acordo com as normas que pautam os comportamentos de homens e mulheres. O gênero está imbuído em todo o processo de produção do que se pode entender por sexo. Por essa razão, entende-se que a heterossexualidade é naturalizada, o que produz uma espécie de violência normativa com consequências discriminantes e homofóbicas/transfóbicas para a população LGBTQIA+ que rompe com este conceito machista, gerando transgressão à heteronormatividade. Portanto, as distinções anatômicas de machos e fêmeas, marcadas, sobretudo por suas genitálias, estabeleceriam as fronteiras que não apenas separariam o masculino do feminino, mas ofereceriam o suporte para a construção de comportamentos, subjetividades e verdades antagônicas sobre o corpo.

Filho (2016) afirma que o entendimento sobre o gênero advém de um artefato cultural, e do sexo vinculado há biologia, que é conhecido por sistema sexo/gênero. Desses investimentos resultou uma moldura teórica que concebe o masculino, o feminino e a sexualidade como construções socioculturais e contesta concepções essencialistas.

Butler (2020) se baseando nos estudos de Foucault sobre sexualidade, pontua que o sujeito ao ser sexuado se encontra submetido a um conjunto de regulações sociais, é ter a lei que norteia essas regulações situada como princípio formador do sexo, do gênero, dos prazeres e dos desejos.

A distinção sexo/gênero e a própria categoria sexual parecem pressupor uma generalização do “corpo” que preexiste à aquisição de seu significado sexuado. O corpo é um objeto vazio e passivo que vai adquirindo inscrições e significados a partir de uma fonte cultural “externa” em relação a este corpo (BUTLER, 2020).

A partir da produção do corpo, a travesti se torna ainda mais visível. Pois, o conflito entre o desejo de pertencer a identidade feminina e o significado de corpo ambíguo (masculino e feminino) se torna confuso para a sociedade que tenta normalizar este sujeito a partir de uma cultura heteronormativa.

Ferreira (2009, p. 20) pontua que sendo o corpo para as travestis é um aspecto chave do processo de identificação de gênero, e como esse corpo modificado desafia a condição biológica que as associa ao universo masculino, tem-se uma fonte capaz de

transmitir uma diversidade de informações para a sociedade. Jayme (2004) também usa a mesma linha de raciocínio, as marcas no corpo das travestis, podem ser vistas como um código de identificação do processo Eu Travesti.

Benedetti (2005) refere-se em seu livro “O corpo e o gênero das travestis”, que o corpo das travestis é, sobretudo, uma linguagem; é no corpo e por meio dele que os significados do feminino e do masculino se concretizam e conferem à pessoa suas qualidades sociais. É no corpo que as travestis se produzem enquanto sujeitos. Os principais fatores de diferenciação entre uma figura e outra se encontram no corpo, suas formas e seus usos, bem como nas práticas e relações sociais.

2.1 A dicotomia entre masculino e feminino

Quando a travesti inicia a modificação da sua figura corporal, as primeiras partes do corpo a serem “feitas” são as mãos e a cabeça, talvez por ser um processo mais fácil, menos invasivo se comparado ao uso de hormônios e às aplicações de silicone. “Esmalte rosinha, não mona³¹! Tem que ser esmalte vermelhão” (FELITTI, 2022).

O uso da maquiagem, além de ser uma prática associada ao feminino em nossa sociedade, possui um peso significativo para a produção desse corpo, contribuindo para ressaltar ou ocultar determinados traços do rosto, cumprindo ou auxiliando na função essencial de ocultar os pelos da barba. O uso do batom vermelho realçando a boca, ao utilizar essa cor que é considerada como uso feminino, remetendo também a uma sensualidade, instigando uma sexualidade irresistível para os desejos daqueles que as procuram.

Há travestis que utilizam somente o batom na sua produção, e não há bolsa de travesti que não leve em seu interior pelo menos um exemplar deste produto. A boca vermelha é considerada pelas travestis uma insígnia por excelência do “feminino”, [...] Outras usam produtos de beleza diariamente, em quase todas as situações públicas, especialmente quando saem para o trabalho na prostituição (BENEDETTI, 2005).

A barba e pelos são signos fortemente caracterizados pelo masculino. Portanto, são considerados obstáculos constantes na construção deste corpo. A mulher, em sua

³¹ Mona não é um nome. É um sinônimo de bicha, usado entre as travestis para se referir umas às outras (FELITTI, 2022).

maioria, por questões hormonais, possui pouco ou quase nenhum pelo no rosto e corpo. Contudo, aquelas mulheres que nascem com esse quantitativo maior de pelos, fazem uso de métodos para depilação: como cera quente ou fria, laser ou demais processos tecnológicos que existem atualmente. Não desejo entrar nesse lugar específico e anatômico das mulheres, mas precisamos observar que, biologicamente a mulher possui um quantitativo menor de pelos e aquelas que têm um pouco a mais, fazem uso de produtos que possam retirar provisoriamente ou permanentemente. O sujeito ao se identificar como uma travesti, inicia o mesmo processo. Se tem muito ou pouco pelo sobre o corpo, realiza o processo de retirá-lo. Se torna uma luta quase cotidiana contra a proliferação dos pelos no corpo, especialmente os da barba, pois o rosto, sendo parte da identidade e apresentação das travestis, é a parte do corpo que deve dar o maior número possível de atributos femininos (BENEDETTI, 2005).

O cabelo também possui um significado importantíssimo, quanto maior e mais real³² ao feminino, melhor será a sua glorificação nas ruas perante seus clientes e outras travestis. Os cabelos devem ser longos e bem cuidados, poucas usam perucas, na maioria das vezes por questões financeiras, peruca é um produto de alto valor. A peruca é valorizada para a produção de um visual diferente, mas, quando utilizada como recurso de alongamento do cabelo, pode ser motivo de ridicularização para a travesti, pois pode remeter a uma produção fake³³, como se não fosse semelhante ao de uma mulher cisgênero ou que não possa ter condições financeiras para sustentar uma peruca que remeta a um cabelo real. Os cabelos podem variar na cor, na textura, no volume e na forma, mas têm por obrigação serem compridos, exibindo certo orgulho entre elas. Para elucidar a importância do cabelo, Amara (2018) em um dos seus primeiros programas relata sobre a importância do seu cliente em ter a desejado mesmo com o cabelo curto, “gostei dele me paquerando assim, meu cabelo curtinho ainda, primeiros dias que eu me permitia sair sem peruca, o picumã³⁴”.

³² O termo real pontuado aqui por Benedetti (2005) é aquela travesti que possui um cabelo natural, sem uso de técnicas, aplique ou peruca, produz um sentido de lugar político de poder, onde uma travesti pode ser mais que outra travesti.

³³ Fake é um termo inicialmente utilizado na língua inglesa que significa não verdadeiro. Pode ser uma pessoa, um objeto, uma notícia, um lugar, uma política, qualquer ato que não seja autêntico.

³⁴ Picumã é um termo utilizado pelas Travestis para referir-se ao cabelo e/ou peruca. Socialete esse que é utilizado entre as travestis para se comunicarem, principalmente quando estão nas ruas e/ou locais perigosos (marginalizados). O socialete Pajubá será explanado mais adiante.

Chico Felitti (2022) descreve em seu livro “Rainhas da Noite” na qual relata fatos³⁵ da vida das travestis mais conhecidas pelas “noites” de São Paulo capital. “Jacqueline³⁶ não tem uma cor de cabelo, tem todas. Se hoje aparece loira, amanhã pode estar morena, de cabelo liso que, se não estiver preso em um coque, chega até a cintura. No dia seguinte, estará chanel ruivo”. Kelly³⁷ já não usa peruca. Seu cabelo é natural. Assim como a boca em formato de coração e um rosto fino de olhar felino. “Nunca precisei usar peruca. Sempre fui confundida com menina, desde criança”.

Pela exclusão social que as travestis sofrem, a maioria dos espaços públicos, incluindo salões de beleza, não atendem travestis e transexuais. São pessoas acostumadas a realizar os procedimentos estéticos em casa, uma ajudando a outra a fazer cachos no cabelo, tirar as cutículas e se livrar dos pelos indesejados (FELITTI, 2022).

Jacqueline já está impaciente batendo com o salto no ladrilho da cozinha, quando Kelly abre o forno e tira de lá a peruca, agora transformada em um penteado de estrela. O cabelo está brilhante, volumoso, hidratado. Jacqueline o veste ainda quente, e desfila com o penteado de Raquel Welch³⁸ e um vestido de lamê prateado (FELITTI, 2022).

A voz é outra característica que acusa a condição biológica da travesti. A transformação da fala é feita forçando-se diariamente a voz, de forma que as palavras e os fonemas sejam pronunciados num tom mais agudo. Com o hábito, a nova conformação da voz acaba se impondo, e as travestis utilizam esse tom agudo no cotidiano (SILVA, 1993).

O tipo de vestimenta constitui uma eficiente forma de comunicação das travestis com a sociedade. Combinações de peças, com cortes, tecidos e cores específicos, transmite símbolos que informam aspectos essenciais daquela pessoa e situação, como sexo, o gênero, a posição social, a classe, a idade, o tipo de evento em questão, o país que se encontra etc., as roupas constituem, portanto, uma linguagem.

³⁵ Chico Felitti é formado em Jornalismo pela PUC-SP, é autor de diversas reportagens, ensaios e podcasts. Sua produção em “Rainhas da Noite: As travestis que tinham São Paulo a seus pés” é uma teia de memórias de mais de cem entrevistadas que passaram por esse universo. Os fatos, diálogos, as danças, roupas e perucas descritos neste livro são reais, e pertenceram a pessoas que habitaram o centro de São Paulo entre as décadas de 1970 e 2010.

³⁶ Jacqueline não tem passado. É como se tivesse mesmo nascido de um corte seco, criada do barro pelas mãos de um ser superior. Ela chega ao Brasil no começo de 1974 quando desce do avião da Varig, vindo de Paris, com a peruca ruiva erguida e toca para o centro de São Paulo, de onde havia saído alguns anos antes (FELITTI, 2022).

³⁷ Kelly é uma mulher travesti e ajuda Jacqueline no seu retorno a cidade de São Paulo.

³⁸ Raquel Welch é uma atriz norte-americana, ficou conhecida nas décadas de 60 e 70.

Uns dos atributos primordiais das travestis na construção do feminino são as roupas utilizadas majoritariamente por mulheres, como saias e vestidos, principalmente. Quando o corpo ainda está em transição do masculino para o feminino, a vestimenta serve, também, de auxílio para modelar, fazendo surgir desenvolturas femininas. Estratégias essas utilizadas para dar visibilidade ao desejo de transformação do corpo.

Inúmeras interpretações a partir do feminino podem surgir através da modificação deste corpo e a própria travesti vivencia em sua construção de vida inúmeros corpos que podem representar a mulher desejada. Amara Moira (2018) quando iniciou sua transição, descreve: “caidinho pelo meu jeitão comportado (a travesti ‘crente’, apelido que me deu por conta das minhas roupas)”; “com ele, fiz a linha romance, como dizem na rua”;

Entre os itens mais presentes nesta vestimenta está o salto alto, que é valoradíssimo, por ser um produto caro, por ser um produto onde habita grande desejo dos homens por vincular (in) diretamente as travestis ao feminino, por ser um produto desejante de mulheres cis e trans. “Cinco horas aprendendo a equilibrar no salto” (MOIRA, 2018).

Para a travesti, montar-se vai além de colocar um vestido ou sapato, elas fazem uso de estilos específicos para socialização, na maioria das vezes roupas muito curtas e justas, que simbolizam a sexualidade, exibindo esse corpo como algo desejante, principalmente para aquelas que se prostituem o corpo seria seu template³⁹ (BENEDETTI, 2005).

O *estilo* para as travestis, é uma personagem que vai sendo construída a cada esforço implementado no processo de transformação do gênero. As travestis precisam aprender toda uma série de investimentos, que vão além do guarda-roupa. O *estilo* vai também conformar os gestos, a imitação da voz, a forma do cabelo, a maquiagem, o balanço no andar e até mesmo a própria maneira como a *bicha* vai se relacionar com as outras travestis e com a sociedade. É preciso que essa personagem apresente coerência entre o vestir, o gesticular, o falar, o pensar, o andar etc. É o modo como ela quer ser apresentada (ou apresentar?) para os outros atores sociais com quem convive e para toda a sociedade (BENEDETTI, 2005).

Compreende-se que ao caracterizar uma identidade feminina, essa construção é suscetível de uma cultura, conforme Zapata e Oliveira (2017) observaram, evocando

³⁹ Template é um termo utilizado para simbolizar quais elementos visuais são disponibilizados para assim, existir uma divulgação do produto. No caso das travestis, o corpo.

uma teoria foucaultinana, segundo a qual a sexualidade é “uma categoria da experiência humana”, pontuando que uma mulher não nasce mulher. Uma mulher torna-se mulher pela cultura na qual está imposta seu pertencimento, mesmo que seja de maneira heteronormativa ou em situação de um ser abjeto. Para Foucault, esse processo de subjetivação ocorre, de maneira central, através do corpo (BUTLER, 2019).

É importante ressaltar que existem distintas definições para tipologizar (anatômica e fisiologicamente) o sujeito construído corporalmente, culturalmente sobre a forma feminina. *Travestis*, *transformistas* e *transexuais* possuem como maior fator de diferenciação entre uma figura e outra, está ligada ao corpo, suas formas e seus usos, bem como nas práticas e relações sociais (BENEDETTI, 2005).

Não pretendo patologizar os termos nesta produção, contudo, faz-se importante perpassar por esse caminho para compreendermos como cada sujeito se encontra nesta identidade corporificada a este corpo.

As transformistas praticam intervenções leves, que podem ser modificadas ou reformuladas rapidamente, sobre as formas masculinas do corpo, assumindo e produzindo roupas e aparências femininas somente em momentos específicos. As transformistas não fazem uso da necessidade de permanecer montadas durante o dia todo. Essa prática, segundo o ponto de vista nativo, está diretamente relacionada com as travestis e com as transexuais (BENEDETTI, 2005).

As travestis são aquelas que realizam modificações corporais, buscando deixar mais semelhante possível com aquilo que é designado da mulher cisgênero, do feminino (perante o olhar binário), copiando trejeitos, vestimentas, formas de socialização. Elas mergulham cotidianamente no gênero feminino, contudo, importante ressaltar que não são todas as travestis, que possuem o interesse de realizar algum tipo de modificação no seu órgão genital. Esse desejo é individual, não fazendo parte necessariamente da identidade travesti. A mesma, não deseja explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização para retirar o pênis e construir uma vagina. Em contraposição, uma das principais características que corrobora para diferenciar travestis e transexuais nesse contexto é a busca pela cirurgia de mudança de sexo, como uma possível condição desejante para sua transição. As transexuais, a partir do momento que se identificam como mulheres cisgênero, algumas buscam essa mudança no órgão genital, tornando-se parte do processo para a existência desse sujeito, mesmo sem ter feito a cirurgia, a

mulher trans não se identifica como travesti. Importante salientar que nem toda mulher trans necessariamente deseja realizar a cirurgia de transgenitalização, diversos fatores podem corroborar para a manifestação desse desejo, como: possibilidades de locais seguros para a cirurgia; possibilidades de pagar por esta operação; possibilidades de perda financeira para aquelas que se prostituem e fazem uso do órgão genital para a satisfação do sua e do cliente; possibilidades de perder a sensibilidade do local onde o órgão genital será (re) construído; possibilidades de ter acompanhantes ou espaços adequados para o pós-cirúrgico; percebe-se que inúmeros fatores conduzem esse processo e o desejo que é cabível nele.

No caso da transexualidade, conforme descrevem Jorge e Travassos (2018) considerando que as intervenções hormônio-cirúrgicas praticadas em 2010, onde uma cirurgia de redesignação sexual podia chegar a R\$ 50 mil e uma dose de testosterona biocompatível⁴⁰ podia custar em torno de R\$ 800. Já era considerado um valor alto, quando ponderamos o custo de vida de uma pessoa que vivia no Brasil nesse mesmo período, sendo que a média do salário-mínimo o valor de R\$ 510,00.

Se pensarmos no caso das travestis, existe uma complexidade entre a sua identidade, construção corporal e prostituição. Pois, o uso de bloqueador de testosterona pode-se resultar na falta de libido e disfunção erétil. O corpo feminino da travesti não exclui seu pênis como objeto de desejo seu e/ou do cliente, esta zona erógena (parte do corpo que pode gerar prazer e excitação) serve como validação da excitação daquele momento, como relata Amara (2018):

Nus na cama, esfregação, camisinha, oral, eu mais divertida vendo o prazer dele do que com a transa em si, me sentindo atriz, até que ele me puxa e começa a beijar, carinho, barba arranhando na pele... “ei, nossa, uau, que isso, menina?!”, disse ele assustado ao me ver toda toda⁴¹, crescidinha, armada⁴², se vocês me entendem. Raro de acontecer, ele se assustou: “certeza que você gosta de pau? Parei o bloqueador de testosterona, deu nisso, tesão.

⁴⁰ “Um homem transexual precisa de doses regulares de testosterona pelo resto da vida para manter seus caracteres sexuais secundários (ganho de massa muscular, pelos e engrossamento da voz).” Retirado da nota de rodapé do livro “Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência” com os autores Marco Antonio Coutinho Jorge e Natália Pereira Travassos, 2018.

⁴¹ Citação idêntica ao livro, que usa a ênfase da repetição dessas duas palavras para potencializar a compreensão do leitor em interpretar o nível de tesão que aquele corpo expressa em contato com o cliente.

⁴² Termo utilizado pelas travestis para referir-se ao pênis ereto.

Um outro exemplo sobre a utilização e divulgação desta zona erógena, conforme descreve Felitti (2022):

Ela cumprimenta os clientes com dois beijos. Depois leva pela mão para dentro do corredor e, com a voz baixa, os apresenta às filhas. O ambiente é elegante, a não ser pela objetividade de Jacqueline ao apresentar os predicados das monas. Uma cena comum nos primeiros anos é Jacqueline olhar para o cliente, depois de mostrar uma das filhas, e perguntar “Ela é lindíssima, não?”. Em seguida, emenda a frase “E, olha...”, e levanta as mãos no ar, deixando uma palma voltada para a outra, com a distância de um antebraço entre elas. Jacqueline é uma mulher de negócios, sabe vender.

Para aquelas mulheres trans que circulam em locais suburbanos para a prática da prostituição, muitas se nomeiam travestis pelo peso político que esses corpos tiveram de se manifestar para obter espaço (muitas vezes só através da prostituição) e assim, incorporar a nomenclatura para sua identidade, a identidade Travesti. Lembrando que esta nomenclatura é empregada na América Latina, onde possui grande peso e importância para a construção cultural das inúmeras possibilidades de as mulheres estarem a existir.

Consideramos a força dessa dinâmica de interpelação e desconhecimento quando o nome não é um nome próprio, mas uma categoria social, e, portanto, um significante capaz de ser interpretado de várias maneiras divergentes e conflitantes. O chamado “mulher”, “judia”, “queer”, “preta” ou “chicana” pode ser ouvido ou interpretado como afirmação ou insulto, dependendo do contexto em que ocorre (e contexto, aqui, é a historicidade e a espacialidade efetivas do signo) (BUTLER, 2019).

Há uma verdadeira miríade de tipos que poderiam ser listados na categoria universo *trans*. As palavras *gay*, *viado*, *bicha*, *bicha-boy*, *traveca*, *caminhoneira*, *bofe*, *maricona*, *marica*, entre outras, definem algum grau de transformação nas construções do gênero das pessoas a que se referem (BENEDETTI, 2005).

Muitas são as fontes transmissoras da informação social, sendo a mais relevante o próprio sujeito, que por meio de expressões corporais, atitudes, modo de vestir e pela aparência física está a falar de si (GOFFMAN, 2005, 2008; apud FERREIRA, 2009). O corpo é o espaço pelo qual nos apresentamos ao mundo, em que se situam os principais esquemas de percepção e apreciação do sujeito. É no corpo que as travestis localizam os principais símbolos de masculino e feminino; e investem conhecimento, tempo e dinheiro para que possam ostentar, sentir e exhibir um corpo diferente, um novo corpo.

As travestis empregam diferentes recursos que servem de auxílio para transformar seus corpos de forma a se constituir constituindo uma imagem de uma identidade “feminina” (BENEDETTI, 2005). “Ela se destaca na multidão, com um metro e oitenta de altura somados a doze centímetros de salto espremidos em um vestido tweed que parece costurado em seu corpo, além de uma estola de pele jogada sobre os ombros” (FELITTI, 2022).

Daí ocorre à constatação de Silva (2007), quanto aos cuidados intensos na descaracterização de uma plástica masculina e na construção de uma estética mais próxima à da mulher. Elas procuram aprender técnicas corporais comuns às mulheres cisgênero, tais como o gestual com as mãos, a maneira de caminhar, de arrumar os cabelos, depilação, ingestão de hormônios femininos ou até mesmo intervenções mais agressivas, como o uso de silicone.

A busca por esta estética acaba por ser tornar algo perigoso, pois gera uma “urgência”, um desejo intempestivo, que para algumas não demonstra existir qualquer tipo de racionalização. Importante aqui compreender que entramos em um aspecto econômico, onde a produção desse corpo requer investimentos financeiros, se olharmos sobre produtos de beleza, o público que maior consume é o das mulheres. Mais à frente abordarei melhor o viés de caminho que a travesti encontra para produzir dinheiro e conseqüentemente produzir este corpo.

Peres (2011) cita o termo “dor da beleza”, que é uma nomeação feita por elas, na qual diante deste desejo baseado nesta urgência, as travestis através de seus corpos experimentam sensações de prazer e dor, tratando-se de uma necessidade extrema para que possam se sentir satisfeitas e felizes. Contudo, a beleza pode ser perigosa a saúde, pois essa busca urgente muitas se submetem a práticas pouco convencionais, sem orientação médica e sem cuidados de saúde.

É como se Deus não tivesse descansado no sétimo dia: criou o homem, a mulher e, um dia depois, Jacqueline. No momento em que ela surge no centro de São Paulo, no começo da década de 1970, é como se fosse uma criação divina. E não é só pela beleza que possui: olhos cor de mel sobre maçãs do rosto cheias de silicone, um sorriso alinhado e pouco frequente, coxas modeladas metade pela genética, metade por aplicações de Nujol, um óleo mineral cuja embalagem diz servir para a limpeza de chão, mas que travestis usam para moldar o corpo. Os lábios são carnudos à custa de injeções que doem pouco quando a agulha entra, mas muito nos dois dias seguintes, quando a substância preenchedora esgarça a pele e pede licença aos músculos para ocupar o seu espaço (FELITTI, 2022).

Jorge e Travassos (2018) pontuam que as intervenções corporais, cirúrgicas ou de outros tipos, podem constituir uma saída para aliviar o sofrimento de alguns indivíduos. Sofrimento no sentido de nascer em um corpo que não corresponde à imagem que têm de si, sensação da falta de completude, que evoca angústia à constituição do sujeito.

Conforme relata Amara (2018) corroborando com a citação acima, que rememora sua estreia oficial, momento em que se permitiu ser quem se identificava de ser, para ela, este momento é consagrado na para gay de São Paulo, em 2014. “Momento em que só com roupas femininas na mala, compradas um dia antes no crediário com meu cartão e comecei a pedir, quase pedindo desculpas, pras pessoas que acabavam de me conhecer se possível faz favor caso não seja incômodo poderia você talvez me chamar de Amara?” Ser travesti já é tabu na nossa sociedade, a maioria encontra na prostituição a única forma de subsistência. Como pontuado anteriormente, culturalmente, no Brasil, o lugar de pertencimento da travesti é em territórios marginalizados, sendo tratadas como escárnio, por recusarem seguir a heteronormatividade, “e sabemos que “seremos consideradas putas mesmo as poucas de nós que escaparem ao trabalho sexual” (MOIRA, 2018).

CAPÍTULO 3 – O IDENTIFICAR-SE TRAVESTI E A PROSTITUIÇÃO COMO CAMINHO DE EXISTÊNCIA

A prostituição ainda é tratada como desvio moral, onde é tutelada pela sociedade que discrimina qualquer pessoa que faça uso dessa prática de vida. O mercado do sexo é constituído por diversos segmentos que conformam territorialidades distintas e posicionam sujeitos de modos diversos (SANTOS, 2016).

Louro (2008) pontua que na discussão dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado. A dificuldade maior seja de admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas, sofrendo modificações, inclusões ou até mesmo, aqueles sujeitos que vivem na fronteira, fugindo do binarismo social. Preciado (2022) corrobora que o sexo é uma tecnologia de dominação heterossocial que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros feminino ou masculino.

Os órgãos sexuais não existem em si. Os órgãos que conhecemos como naturalmente sexuais já são o produto de uma tecnologia sofisticada que prescreve o contexto em que os órgãos adquirem sua significação (relações sexuais) e são usados com propriedade, de acordo com a sua “natureza” (relações heterossexuais). Os contextos sexuais se estabelecem por meio de delimitações espaço-temporais oblíquas. A arquitetura é política. Anatomia é cartografia política. Arquitetura e anatomia organizam as práticas e as qualificam: pública ou privadas, institucionais ou domésticas, sociais ou íntimas (PRECIADO, 2022).

Conforme afirma Romfeld (2020) em tom paradoxal, a prostituição é, ao mesmo tempo, um assunto muito comentado, mas pouco abordado quando este tema é evocado a pensar sobre os direitos que cada sujeito possui na sociedade.

A prostituição é considerada como profissão reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações, que a qualifica como uma forma de trabalho e meio de renda bem como de autonomia financeira (CBO 5198-05), mas que ainda não há lei que a regule e ofereça direitos para as/os trabalhadoras/es do sexo. Assim, a legislação brasileira não dispõe de parâmetros sobre a atividade, pois nem proíbe e nem regulamenta. O que deixa as trabalhadoras cada vez mais vulneráveis (CÂMARA, 2021).

A violência contra esse público ainda é estampado e pouco se faz para que seja cessado. É um assunto verbalizado diariamente, pois em brigas interpessoais, nas relações

sociais como um todo em nosso país, o “pior” dos xingamentos é ser rotulado como filho de uma prostituta, o famoso: *filho da puta!* Fico imaginando o dia em que a palavra “puta” não for mais xingamento, o dia em que as pessoas nem consigam mais imaginar porque um dia ela o teria sido (MOIRA, 2018).

Em um contexto cultural, é difícil ser empregado o termo “filho do puto”, como se o lugar existência para a prostituição estivesse cabível apenas ao lugar da identidade feminina. A heterossexualidade é uma tecnologia social e não uma origem natural fundadora (PRECIADO, 2022). Compreende-se que a partir da heterossexualidade e da heteronormatividade, em uma sociedade patriarcal, o corpo na prostituição é um lugar de dominação do homem.

Este processo pode ser interpretado como consequência de séculos de colonialismo das dissidências sexuais e de identidade de gênero e controle dos corpos, perpetrada pela reprodução dos binarismos e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2017). Além disso, apesar dos avanços proporcionados por lutas feministas e estudos de gênero, a sociedade patriarcal a todo momento está vigiando a conduta de todos que performatizam de forma contrária a ética heteronormativa.

Do ponto de vista do moralismo radical, é absurdo alguém defender que mulheres possam vender prazer a um homem, negociar esse prazer, pôr a ele um preço. Dar lucro a um patrão, ok; submeter-se a péssimas condições de trabalho, ok; mas, vender prazer e ainda ousar saciar esse prazer, isso nunca! [...] Para esses setores radicais o sexo não poderá jamais ser considerado serviço, receber um valor, ainda que seja por uma das experiências humanas mais essenciais, mais incontornáveis (MOIRA, 2018).

Os movimentos sociais têm corroborado para que a prostituição seja compreendida como lugar de pessoas de direito, apesar de muitas vezes, ainda estarem sujeitas a situações de precarização do trabalho, de vulnerabilidades e de violência policial e de Estado (SANTOS, 2016).

No Brasil, vários grupos organizados lutam, por exemplo, pelos direitos e pela cidadania das prostitutas, pelo reconhecimento legal de suas atividades, por uma vida digna e merecedora de respeito, por acessos à saúde sem discriminações, pela diminuição das vulnerabilidades, etc. Entre os grupos brasileiros podemos citar a organização Davida, a Rede Brasileira de Prostitutas e a Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS). Em âmbito global, existem grupos como a Global Network of Sex Work Projects (Reino Unido), a Sex Worker Open University (Reino Unido), a TAMPEP - European Network for HIV/STI Prevention and Health Promotion among Migrant Sex Workers (fundada na Holanda, mas que hoje coordena uma rede de 26 organizações em 25 países da União Europeia), a SWEAT – Sex Workers Education & Advocacy Taskforce (África do Sul), a Scarlet Alliance Australian Sex Workers Association (Austrália), a APNSW - Asian

Pacific Network of Sex Workers (atuando em países Asiáticos), a International Union of Sex Workers (com atuação na Europa), o Colectivo de Hombres en Accion Comunitaria (México), a RedTraSex – Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y El Caribe (Argentina), a AMMAR - Asociación de Mujeres Meretrices de la Argentina en Acción por Nuestros Derechos (Argentina), entre outros (SANTOS, 2016).

Entre os muitos contextos comunicativos que envolvem a informação social depreendida dos corpos das travestis, aqui se destaca aquele que se dá no exercício da prostituição em via pública. Isto porque a prostituição opera como um agravante à condição social de desvalorizar esses sujeitos (FERREIRA, 2009).

A maioria das travestis são obrigadas a procurarem alguma forma de sustento, pois quando decidem expor sua nova identidade, a “única” identidade que se sentem pertencentes, muitas relatam ter saído de casa já na adolescência, em razão das discussões, brigas e discriminações sofridas na família (FERREIRA, 2014). Muitas travestis são expulsas de casa pela incompreensão desta família a qual pertence. Gerando assim, a necessidade de utilizar a prostituição para sobrevivência e não somente para produção deste corpo.

Percebi rapidinho que a ideia de vender esse serviço, o sexo, o tempo de contato íntimo com meu corpo, parecia mais fácil na teoria que na prática: quanto valia esse tempo, esse corpo? [...] frio que eu não sabia existir, mudando de ponto de hora em hora pra ver se a sorte mudava, ficando longe das outras para ver se assim me destaco: quem era eu perto delas, perto daqueles corpões? Que chance eu tinha? (MOIRA,2018).

Citarei duas falas recorrente as entrevistas realizadas na produção do meu TCC, conforme já relatado acima:

“A prostituição é algo muito relativo. Algumas travestis entram nessa vida por necessidade outras por prazer e vontade própria, mas todas buscam carinho e aceitação, algo que lhes é negado na família e na sociedade. [...] Encontram na noite algo que lhes é negado durante o dia, um emprego. Outras vêm de uma família com boas condições de vida, mas entram para a prostituição como forma de se realizar pessoalmente, seja nos sentimentos ou na mudança do próprio corpo [...] Porém a prostituição e a noite em si própria oferecem inúmeras dificuldades e sequelas que marcam profundamente a todas. Além de sexo, a prostituição traz consigo violência, todas estão sujeitas a serem agredidas por homens violentos e também por próprias travestis que vivem numa hierarquia nas esquinas, onde todos os pontos têm ‘donos’ ou alguma mais velha que comanda o perímetro. As doenças sexualmente transmissíveis também é algo que aflige a todas, pois a diversidade de parceiros torna esse risco muito alto, nem sempre todas fazem o uso de preservativos. Mas para mim umas das piores mazelas da prostituição, sem dúvidas, são as drogas. Muitas se perdem nesse caminho que geralmente não tem mais volta. A fuga

da realidade e do número alto de clientes que utilizam, levam todas ao uso de todos os tipos de drogas. A prostituição é uma vida muito difícil de ser seguida, mas é a única alternativa para aqueles que a própria sociedade faz questão de excluir” (ALVES, 2013).

“Me prostituo por sobrevivência, ficar em uma esquina com frio, ficando com clientes horrorosos, fedidos, sem higiene é horrível. Cada dia em uma esquina, cada dia com pessoas diferentes, situações diferentes, sem saber se vou conseguir voltar pra casa, se vou sair viva do local que estou com eles. Já corri de muitas situações com cliente, mas nunca fui agredida. [...] Uma vida que não sabe como é, tem dias que tu consegue um dinheiro babado e tem dias que você não consegue nem um real. É uma vida que às vezes tem glamour, mas que eu não desejo pra ninguém” (ALVES, 2013).

Quando pensamos em papéis específicos destinados para cada sujeito, é importante observar que os espaços que as travestis ocupam nas “esquinas”, são territórios culturais, visto fundamentalmente como um produto de apropriação ou identidade social desse espaço.

Michel Agier (2011) chama atenção para as construções identitárias, “não é a identidade num sentido substancial, abstrato, mas sim em seu sentido situacional: com que tipo de lugar, de situação, de configuração, em dado momento, eu me identifico.” Gerando um olhar sobre o local que essa travesti se encontra e como ela é interpretada por usar esse espaço como “ponto” de trabalho.

É notável que a maior parte das organizações que lutam pelos direitos dos/as trabalhadores/as do sexo é composta por mulheres cisgênero, mulheres transexuais e travestis. Os homens trabalhadores do sexo poucas vezes se envolvem em movimentos sociais organizados dessa categoria de trabalhadores/as. O motivo mais evidente que justifica esse protagonismo das mulheres é o fato de que historicamente o feminino, o corpo e a sexualidade das mulheres (aqui inclui mulheres cisgêneros, transexuais e travestis) sempre estiveram em condições de subalternidade e sujeitos às regulações masculinistas, sejam elas morais, filosóficas, jurídicas, estatais, científicas e/ou médicas. Diante desses controles e dessas gestões sobre os corpos femininos, insurgem movimentos de resistência feministas que conseguiram, até certo ponto, sensibilizar e articular as mulheres no combate às desigualdades de gênero (SANTOS, 2016).

De acordo com as resistências feministas, o protagonismo das mulheres frente a prostituição difere em muitos níveis da mesma dinâmica utilizada na prostituição masculina. Diferenças que são pensadas a partir de estruturas de opressão como o sexismo, o machismo e misoginia em relação às mulheres, a transfobia em relação às travestis (SANTOS, 2016).

No caso das travestis há um sobreinvestimento discursivo que as cola ao campo da prostituição, de maneira estigmatizadora (SANTOS, 2016). É perceptível que as violações de acordo com o gênero começam antes mesmo de estarem inseridas na prostituição, se inicia, em sua maioria, no processo de transição desta identidade, que muitas vezes é um caminho doloroso e sem apoio da família, buscando em espaços pessoas em situações similares para resistirem juntas, seja na rua ou em qualquer outro lugar (CÂMARA, 2021). Na política é visto como um espaço de delimitação e controle, onde se exerce um determinado poder sobre esse espaço delimitado (ARAÚJO e VIEIRA, 2020).

No Brasil, a prostituição não é considerada crime, mas o proxenetismo, função exercida pela figura popular do “cafetão” e/ou da “cafetina”⁴³, seria uma prática ilegal (SANTOS, 2016).

A exploração sexual é crime previsto no Código Penal (BRASIL, 1940) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Para o Código Penal, artigos nº 228 e 229, é crime o favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual com pena de dois a cinco anos de reclusão e multa. Também é crime manter, por conta própria ou de terceiros, estabelecimento em que ocorra exploração sexual (BRASIL, 1940). Assim, para pessoas menores de 18 anos, a prática não é considerada prostituição, mas exploração sexual (CÂMARA, 2021).

Se a prática para menores de 18 anos é ditada como exploração sexual, por que muitas travestis menores de idade⁴⁴ estão nas ruas se prostituindo, com a liderança daqueles que exercem a cafetinagem?

Apesar de não ser considerada uma prática criminosa o fato de profissionais do sexo oferecerem seus serviços em espaços públicos, ainda pode-se notar uma forte repressão policial contra essas pessoas durante o momento em que estão na “pista”⁴⁵

⁴³ Cafetão/Cafetina são identidades incorporadas por aqueles que lucram com a prostituição de terceiros. Sendo executada muitas vezes por outras travestis que querem sair da prostituição. De exemplo, tem-se Jacqueline que é citada nesta produção, pois sua história de vida relatada no livro: Rainhas da Noite: as travestis que tinham São Paulo a seus pés, de Chico Felitti, perpassa pela prostituição e cafetinagem de novas travestis que precisam de um lugar, segurança (da violência dos policiais) e clientes (possibilidade de dinheiro para sobrevivência e construção do corpo e identidade feminina).

⁴⁴ Histórias de travestis menores de idade são relatadas no livro de Chico Felitti e na produção do meu TCC (conforme descrito anteriormente) onde foram realizadas entrevistas realizadas com travestis se prostituindo nas ruas.

⁴⁵ “Estar na pista” é considerado termo êmico no Brasil, utilizados por profissionais do sexo para se referir ao momento em que estão trabalhando, seja nas ruas e praças, ou em espaços fechados, como clubes, casas de massagem ou saunas. Aparentemente, o termo é usado por homens, mulheres e travestis que exercem prostituição. Para mais detalhes de realidades particulares, conferir nota de rodapé na produção

(SANTOS,2016). Sexta feira é o pior dia para as finanças das travestis, pois é quando grande parte das prostitutas pagam a cafetinagem. E é muito dinheiro, pois além de “protegê-las” da repressão policial e social, são essas pessoas que também fazem o meio de campo entre os clientes e as profissionais (FELITTI, 2022).

O que está acontecendo ali é a abertura de um novo negócio. Uma empregada que vai funcionar nos quatro quartos vagos do segundo andar da casa, [...] era preciso alguém que organizasse a vida das profissionais – ela seria a empresária das prostitutas. O modelo de negócio não é novidade nenhuma, e é provável que a própria Jacqueline tenha sido cafetinada antes de ir para Paris. Na tradição da época, a relação ganha a roupagem de laços de família, as prostitutas chamam a cafetina de “mãe” e, logo, são suas “filhas” (FELITTI, 2022).

As travestis incorporam uma identidade feminina, buscando trejeitos e modificações corporais para assim se sentirem pertencentes a sociedade enquanto sujeitos políticos. Contudo, elas não comunicam apenas um novo nome e corpo, comunicam um novo lugar para existir.

“Me veem como travesti e já me imaginam puta, e qual seu preço? Se sou ativa, assédio como nunca vi antes, coisa de enlouquecer” (MOIRA, 2018). Comunicando através desse corpo a identidade travesti, a sociedade as direciona ao mundo da prostituição, como se esse fosse apenas seu viés de existência.

No que tange à política brasileira, a propositura de Projetos de Lei (PL's) para regulamentar a prostituição numa profissão com direitos assegurados não parece ter sido suficiente, considerando que todos os projetos foram arquivados, em discussões extremamente polêmicas. Nestes debates, o lugar de fala das trabalhadoras sexuais foi absolutamente ignorado, dando-se ênfase a um discurso hegemônico marcado por argumentos que, em verdade, compõem uma gama de discursos de ódio às prostitutas (ROMFELD, 2018).

Uziel (2000) comenta no livro “Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos”, lançado pelo Conselho Federal de Psicologia que cada vez mais, somos sujeitos de direitos, e isso não se resume a pertencer à nacionalidade. Apesar dos ganhos obtidos com as lutas de movimentos sociais, como a luta feminista e da comunidade LGBTQIA+, muitos grupos ainda vivenciam situações de privação e limitação de oportunidades, mesmo que esteja pontuado na legislação que todos somos sujeitos com direitos, direitos estabelecidos para à liberdade sexual; direito à autonomia

da Tese de Doutorado de Daniel Kerry dos Santos, intitulada “Homens no mercado do sexo: fluxos, territórios e subjetivações”, 2016.

sexual, à integridade sexual e à segurança do corpo sexual, direitos à privacidade sexual; o direito ao prazer sexual; direito à expressão sexual, direito à associação sexual; direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis; direito à informação sexual livre de discriminações. Estes são alguns dos desdobramentos mais importantes dos princípios fundamentais de igualdade e da liberdade que regem um direito da sexualidade.

Amara (2018) “Ninguém aqui acredita, em sã consciência, que viverá para ver o fim da prostituição”. Um dos tópicos mais urgentes descrito por Amara é buscar possibilidades de lugar por melhores condições para que essas que estão na atividade possam exercê-la em segurança, remuneração mais justa, sem o peso do estigma de capitalizar o corpo enquanto venda na prostituição. Permanecer nas ruas, esquinas, lidando com violência policial, clientes desejantes e outras travestis, fez com que seu marco histórico fosse constituído com violência.

“Jacqueline dá casa, comida e roupa lavada para as filhas, e, em troca, fica com metade dos rendimentos de cada uma. Não há contrato nem carteira assinada, mas uma coisa maior, a proteção de uma mãe” (FELITTI, 2022). Para a travesti que é acometida por violências de inúmeras formas e por todos os lados, possuir o “cuidado” de alguém que exerça o papel de “mãe”, mesmo que seja uma cafetina lucrando em cima do seu corpo, tem-se a possibilidade de uma vida com mais possibilidades de existência, pois para este público que são excluídos dos espaços sociais, ter um suporte e/ou “rede de apoio”⁴⁶ é fundamental para permanecerem há existir.

Transmitindo um esboço como perigosas, promíscuas, doentes, Silva (2007) explica que as travestis comunicam à sociedade a imagem de ameaçadoras por necessitarem até o uso de força física para impor sua presença no espaço público.

A maioria é obrigada a procurar alguma forma de sustento, chegando então à prostituição, e na sua maioria exercendo essa prática nas ruas. São nessas esquinas que elas interagem socialmente com outras travestis, possíveis clientes ou passantes, moradores dos territórios de prostituição e policiais, com quem estabelecem uma comunicação mediada pelo corpo.

⁴⁶ Importante destacar que as aspas utilizadas se referem ao lugar de violência que é exercido em cima dos corpos das travestis. Mesmo a cafetina protegendo suas “filhas” das violências acometidas por clientes e policiais, é notório o lugar de abuso e exploração que surge através da cafetinagem.

O sexo se torna uma moeda de troca, um serviço negociável ou talvez, uma das poucas possibilidades que as restam, pois, a travesti precisa deste financeiro para investir no corpo e torná-lo o mais atraente possível para (sobre) viver. Certamente, quanto mais femininas forem, maiores serão as possibilidades de retorno financeiro e identificação com este papel que é fundamental para sua existência, nomear-se mulher.

Seus corpos reúnem signos que comunicam feminilidade e sensualidade àqueles que procuram por serviços sexuais. Possuir seios fartos, quadris largos, nádegas proeminentes, cintura delgada, cabelos longos, gestos suavizados, formas de andar, de arrumar os cabelos, de movimentar as mãos e a cabeça, são características que chamam a atenção dos clientes (FERREIRA, 2009).

Diante de tal contexto, as travestis são duplamente discriminadas, seja por violarem o sistema de sexo e gênero, seja por se prostituírem nas áreas marginalizadas dos grandes centros urbanos. Marginais, criminosas, vergonhosas, obscenas, inferiores. Desqualificações dessa ordem são projetadas pela sociedade sobre as travestis, notoriamente por estarem indo contra a matriz heterossexual e ainda por utilizarem a prostituição nas ruas. De fato, os corpos das travestis parecem constituir a fonte de todo o estigma atribuído a elas, pois sua morfologia semelhante à da mulher é o elemento mais visível do desvio que cometeram ao violar o sistema de gênero. É a partir dessa diferença tão evidente que os indivíduos que se consideram “normais” passam a atribuir todo tipo de defeitos como sujeitos excludentes, para assim (re) afirmarem sua “normalidade” e pertencimento a sociedade (FERREIRA, 2009).

Sem dúvida, as experiências de violência podem ser tremendamente intensas e ter um efeito profundamente perturbador na pessoa que comete violência e na pessoa que a sofre. A opressão não é contra uma parte da pessoa que é subalternizada; ao contrário, a opressão é contra o sujeito inteiro, como um todo.

[...] se sofrem violência, elas a merecem porque são travestis; se adoecem, elas buscaram a doença; se passam fome, é porque não são suficientemente trabalhadoras; se sofrem assédio sexual, é a conclusão fatal da prostituição; se são discriminadas no bar, não se comportaram bem; se não conseguem emprego, são vagabundas; e toda uma ordem de enunciações que podem ser explicativas das experiências das travestis com o social [...] (FERREIRA, 2014, p. 110).

As travestis são historicamente subalternizadas, não representam para a sociedade uma identidade feminina “legítima”, “pura”, além daquelas que vivem sob experiências

de pobreza e fragilidade de acesso a bens e serviços; possuem uma vida social, estética, emocional e moral que as liga ao espaço do “marginal” (FERREIRA, 2014).

A sociedade quando faz uso da violência, se justifica enquanto garantia de que se mantenham tanto a segurança quanto uma divisão entre aqueles que não foram capazes de disciplinar, tornando esse sujeito abjeto, o “lixo” humano, porque é tratado como lixo o que é retirado das casas sem a preocupação exata do que será feito com ele (FERREIRA, 2014). O objetivo da heteronormatividade é impor uma pena àquelas pessoas que fogem dos critérios normativos, tornando-se corpos assujeitados à coação do poder punitivo da sociedade, determinantes de cunho social, econômico, político e cultural, tornando-as penalmente vulneráveis (FERREIRA, 2014).

Por não estarem, de um modo geral, inseridas no mercado formal (aceitável pela sociedade) de trabalho e, por conseguinte, terem que recorrer à prostituição. As travestis são caracterizadas como criminosas por seus comportamentos e modos de vida (NAVAS, 2011).

O cliente na busca de satisfazer seu desejo de forma imediata (para assim poder voltar para a sua casa e sua esposa) as travestis são compulsoriamente lançadas a prostituição mais precária, a do vintão, vários clientes por dia, programa de dez minutos, declarações de amor e, em seguida, pós-gozo, a cara de nojo do até então cliente apaixonado (MOIRA, 2018). “Seguindo Claudia vem um técnico de elevadores da zona Leste que frequenta o centro às escondidas, e bebe da meia-noite às quatro para criar coragem de lidar com seu desejo por travestis” (FELITTI, 2022).

Um único interessado de fato, nariz sangrando de tanto padê⁴⁷ que cheirou, querendo um completo no carro por vinte! O valor me horripilava, mas ainda que fosse o dobro, triplo, eu continuaria me sentindo ultrajada, dada a situação, dado o tratamento. Amigas de profissão me diziam: “antes vinte na sua bolsa que na da outra, pois alguma vai levar o dinheiro”. Sei lá, capaz de antes dali eu vivesse na terra do nunca, porque aquele nariz sangrando, aquele olhar nória, a forma como ele falava comigo... tudo isso me deixou em pânico, fora o medo de, no fim das contas, ele ainda querer dizer que não valeu a pena, que não vali os vinte (MOIRA, 2018).

⁴⁷ Na linguagem do Pajubá, “padê” é o mesmo significado de cocaína.

A rua, além de ser um espaço perigoso para as travestis que sofrem de transfobia, é também, de alguma forma, um espaço de competição entre as que lá estão, estimulando ainda mais violência entre seus corpos.

Todas achando que o cliente não parou porque a outra tem mais corpo, cabelo, é bunduda, tem peitão, prato cheio pra se sentirem necessitadas de entrar na faca, aí retoques urgentes no silicone industrial, apressarem a colocação de prótese, mil gastos em salão e clínicas de beleza, roupas, maquiagens (MOIRA, 2018).

A competição não é por quem se identifica mais como mulher, mas como o retorno desses clientes contribuem para elas se sentirem mais mulheres. Pois, como já foi discorrido anteriormente, a produção desse corpo exige um valor financeiro que muitas travestis não possui. “Ontem me recomendaram escova, roupas mais apropriadas, e cadê maquiagem, bicha? Mas se eu fizer isso, ó céus, quanto mais não terei que ralar...” (MOIRA, 2018). “Mas você é mais mulher que muita mulher”, Seios do tamanho de taças de champanhe, com uma aparência que Jacqueline considera natural (FELITTI, 2022).

3.1 Estratégias de enfrentamento

Pretendo explanar como estratégias de enfrentamento foram elaboradas para que as travestis pudessem zelar com a sua vida, da maneira que lhe é cabível ou permitido.

Amara (2018) relata sobre sua transição e possibilidade de estratégia para fugir da violência, retardando ao máximo esse processo até sentir que pudesse ter condições de enfrentar a sociedade. “Meu pavor era ter que me prostituir por migalhas para sobreviver, depender disso, assim do nada, noite pro dia...”

Tendo um nome a zelar e o respeito na universidade onde estudo, aí junto a isso a minha independência financeira, foi muito mais fácil negociar os termos dessa transição (é isso que muitas pessoas trans vem descobrindo, a importância de transicionar depois de ingressar na universidade, longe de certos olhos, mas contando com a estima deles). O plano inicial era, antes, virar professora universitária concursada, passar o período probatório e então *cabum!* Travesti, mas não houve como... bastou a primeira insinuação de bonança e me joguei de cabeça. O engraçado foi justamente eu, que tinha horror à ideia de me prostituir, eu que retardei minha transição ao máximo para tentar me livrar desse caminho, mal me assumi e já fui quase de cara fazer a rua. [...] É como se a palavra puta estivesse tatuada em minha testa, e muito antes de eu fazer rua a primeira vez (MOIRA, 2018).

Tratadas como seres abjetos por todo rompimento do sistema binarista quanto o uso da prática da prostituição, “já que querem tanto que eu seja, já que só conseguem me pensar dessa forma [...] Puta, e se eu fosse, e se fosse eu, a puta, a travesti, a escritora” (MOIRA,2018).

As travestis foram desenvolvendo dentro de sua própria comunidade, um dialeto que pudesse corroborar para a sua transição e transação entre as esquinas, estratégia que corrobora ao transitar de maneira mais eficaz ou menos agressivas entre os seus espaços de pertencimento, principalmente no âmbito da prostituição.

Tal reflexão corrobora para compreender como esta comunidade construiu estratégias de enfrentamento diante da violência social e da (in)visibilidade que sofrem diariamente, tanto por terceiros que não adentram a comunidade, como aqueles que adentram no sentido de buscar a prostituição e/ou companhia das travestis, os clientes.

É visível e evidente que as manifestações de preconceito e discriminação têm origem no heterossexismo e na heteronormatividade, caudatários do patriarcado (DUARTE, 2014). Diante das violências causadas pela sociedade, essa comunidade, incorpora e constrói uma linguagem compreendida também como social da identidade onde ela está inserida, trazendo enquanto estratégia de enfrentamento diante tanta violência (JUNIOR, 2018).

A partir desse pressuposto teórico, diante da violência discorrida no texto e da violência que observamos nas ruas, preconizo como as travestis desenvolveram inúmeras habilidades para existir e persistir nos espaços. Dada a minha experiência com a comunidade, irei destacar uma habilidade que acredito ser de grande relevância para permanecerem em resistência.

As travestis se servem da comunicação para conseguir “fugir” desses ataques violentos, cometidos pela sociedade, por clientes, por policiais e em alguns momentos, até por sujeitos da comunidade LGBTQIA+. O pajubá (também conhecido por bajubá) é um socialeto criado e utilizado pelas travestis para se comunicarem, estratégia essa como forma de combate à violência existente nas ruas, principalmente no momento de prostituição. As referências que são incorporadas a essa comunicação consistem nas línguas: iorubá, francês e inglês (JUNIOR, 2018). O iorubá possui origem nos terreiros de matriz africanas (SILVA E SANTOS, 2017).

É importante salientar que, atualmente, o pajubá não é usado exclusivamente pela comunidade LGBTQIA+. Entretanto, as travestis que deram origem a utilização desse

socioleto como uma configuração de código linguístico, servindo como uma forma de resistência e sobrevivência (JUNIOR, 2018). Compreende-se que existe um contexto histórico e cultural, conforme foi discorrido nesta dissertação, na qual a travesti necessita de estratégias de sobrevivência para combater a violência, na qual, mesmo possuindo direitos civis, são excluídas da sociedade.

Não há como dissociar um dizer com a cultura na qual está envolvido. O contexto cultural assume grande importância, pois existe uma relação intrínseca com ideias e estilos de vida diante deste socioleto (JUNIOR, 2018). Muitas expressões possuem significações próprias só e na sua língua fonte, no pajubá não é diferente, conforme afirma Delbecque (2009), a condição humana de fazer parte de uma sociedade está interligada ao fato de compartilhar experiências, fazer história, na qual as palavras vinculam com essa cultura.

Sob essa perspectiva, será apresentado a seguir quadros⁴⁸ que registram itens lexicais considerados pajubás:

⁴⁸ As informações referentes ao quadro 01, 02, 03 e 04 foram retiradas da Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO Vol.2, N. 16 (2017);

Item lexical/Pajubá	Conceito	Contexto de uso
Amapô ou Amapôa	Mulher	Viado, olha aquela amapôa!
Aqué	Dinheiro	
Atender	Ato de ir até a casa de alguém, ou qualquer local para transar.	
Arrasou	Expressão de admiração em relação a um ato bem-sucedido.	
Bafo/Babado	Fato que pode dar o que falar.	Bixa, tenho um babado pra te contar.
Barbie	Homem homossexual malhado e afeminado.	Olha aquela Barbie ali, Viado!
Banheirón	Banheiro festivo com diversas finalidades, entre elas o uso de drogas, conversas e sexo.	

Bater bolacha	Ato sexual entre mulheres homossexuais.	
Bater um bolo.	Masturbação entre homens homossexuais.	
Bigodón	Bigode; mulher com buço; pelos pubianos que saem pra fora da sunga/cueca.	
Bilú	Homossexual metido a rico.	
Bofe	Homem heterossexual ou homossexual com perfil bem masculino.	
Biba	Homem homossexual/Designação carinhosa.	
Bee	Homem homossexual, abreviação de "bixa"	
Bolacha	Mulher homossexual.	
Boneca	O mesmo que travesti.	
Buatchy	Casa noturna.	
Carimbar	Transmitir doença sexualmente transmissível.	
Cafuçú	Indivíduo grosseiro, selvagem, roceiro, peão.	
Caminhoneira	Mulher homossexual masculinizada.	
Carão	Faz pose, ser esnobe, debochar.	Faz carão, bixa!
Climão	Saia-justa.	Bixa, que climão que ficou lá, né?
Cheque	Restos de fezes que barram a cueca ou o órgão sexual do parceiro.	Não acredito que você passou um cheque nele!

Chuca	Lavagem retal	Bixa, tu fez a chuca pra não passar o cheque, né?
Colar velcro	Ato sexual entre duas mulheres.	
Cunete	Beijo e/ou lambida no anus.	
Dar bandeira	Fazer algo que deixe claro a sua homossexualidade.	
Dadeira	Que gosta de assumir a passividade.	
Dar pinta	O mesmo que dar bandeira.	
Dar a Elza	Esconder; roubar.	Viado, eu vi tu dando a Elza.
Dar o truque	Dar golpe	
Edi	Ânus	
Entendida	Lésbica.	
Fazer a Angélica	Ir de táxi	Ui! Ela só faz a Angélica.
Fazer a Kátia	Fingir ser cega.	
Fazer a louca	Ter uma atitude não muito bem aceita socialmente.	
Fazer a egípcia	Virar a cara e ficar de perfil.	
Lelé	Lésbica	
Mona	Mulher e/ou homem homossexual afeminado.	
Mala	Órgão genital masculino, quando marcado na calça.	Bixa, disfarça e olha aquela mala ali.
Michê	Garoto de programa.	
Neca	Órgão genital masculino.	
Nhaííí?	Expressão de cumprimento.	
Pajubá	Dialeto falado pela comunidade gay e simpatizantes.	

Paulo Otávio	Cocaína	
Pão-com-ovo	Pessoa pobre.	
Picumã	Cabelo	
Poc-poc	Homem homossexual novinho e bem afeminado.	
Racha	Mulher	
Sair do armário	Assumir a homossexualidade.	
Sair do closet	O mesmo que sair do armário.	
Sapa	Mulher homossexual/lésbica.	
Tia	O mesmo que maricona, bixa velha.	
Urso	Sujeito gordo e/ou peludo	
Versátil	Homossexual que gosta de ter tanto papel de ativo quanto passivo.	
Xoxar	Falar mal de algo ou alguém.	

Pode-se observar que, na construção de algumas expressões são utilizadas palavras de diferentes áreas, tanto substantivos quando nomes próprios e a todos são atribuídos novos conceitos (SILVA E SANTOS, 2017).

Utilizando os exemplos pontuados por Silva e Santos (2017), a expressão “fazer a Katia”, refere-se à cantora Kátia, dos anos 1970, que era deficiente visual. Quando a travesti pronuncia esta frase, refere-se ao contexto de ignorar o que está acontecendo, “fingir que não viu”. A sentença “fazer a Angélica” refere-se “ir de táxi”, pois a cantora ficou famosa pelo hit de sucesso “Vou de táxi” no ano de 1988. O Termo “pão-com-ovo” remete a pessoas de baixa renda, por ser um alimento barato e muitas das vezes essa expressão “bicha pão-com-ovo” é usada de forma pejorativa. O vocábulo “barbie”, faz referência à boneca barbie por ser considerada ainda o espelho daquilo que é visto como

padrão de beleza, e dessa forma, chamar um homem de “barbie”, refere-se ao homem “padrão”.

“Veio cheio de graça querendo esfregar sem capuz a piroca no meu edi, pedindo o famoso ‘na portinha só’, ‘só um pouquinho dentro’, vocês sabem, homens” (MOIRA, 2018). O que Amara refere-se é que seu cliente quer esfregar sem camisinha no seu cu⁴⁹, realizando a penetração sem o preservativo.

“Andréa então levanta o rosto: ‘Bonito cachorro’, diz. Cachorro, na gíria das travestis do centro, é peruca” (FELITTI, 2022).

“Só você mesmo Alice, para se apegar nessas mariconas” (MOIRA, 2018). O que Amara quis se referir em seu livro que o termo utilizado para Alice significa quem vive no mundo da fantasia, igual a personagem do filme. Maricona são homens que possuem atração sexual por travestis e/ou pessoas trans.

De acordo com as ideias expostas, é possível contemplar que a cultura e as relações sociais, vistas como um processo cognitivo, interliga ideias e ações que são construídas historicamente (SILVA E SANTOS, 2017).

Junior (2018) pontua que o pajubá é vista na sociolinguística como gíria de grupo ou socioleto, na qual pode sofrer modificações, por ser dinâmico, podendo haver mudança linguística significativa no seu uso, existindo a possibilidade de alteração ou substituição por outra expressão. A análise de alguns vocábulos gera reflexão sobre como a travesti se “organizou” neste espaço, exercendo prostituição nos centros urbanos, tentando se manter viva diante da sociedade capitalista e violenta por conta do preconceito. É notório, que algumas palavras possuem verbalizações agressivas dentro da própria comunidade, na qual, vale a reflexão dessas possíveis mudanças dentro e fora do universo LGBTQIA+.

As travestis ainda estão no solo da violência, sofrendo diariamente diversas agressões verbais, psicológicas e sociais. O completo descaso e a ignorância formam o cerne da questão e que muito precisa ser feito para reverter minimamente os efeitos de anos de exclusão e invisibilidade (DUARTE, 2014).

⁴⁹ Utilizarei o termo “cú” que é utilizado também pelas travestis, quando não usam o termo “edi”.

Tal democracia, ainda não existe da maneira que é ditada, e ainda assim, as travestis conseguiram criar e produzir formas de combate contra esta violência.

É necessário conhecer mais o campo teórico desta produção linguística. O diálogo aqui estabelecido entre as diferentes áreas propõe elucidar que a língua possui também um capital simbólico e são resultados das relações sociais. A existência das mais variadas formas de diversidade, portanto, deve ser vista e trabalhada como própria da condição humana. Somos diversos e plurais e nisso residem a democracia e a garantia dos direitos sexuais e humanos (DUARTE, 2014).

Como outra possibilidade de estratégias de enfrentamento é a utilização do medicamento PrEP (Profilaxia Pré-Exposição)⁵⁰ que é uma das formas de se prevenir do HIV. Consiste na tomada de comprimidos (combinação de dois medicamentos: tenofovir e entricitabina) antes da relação sexual, que permite ao organismo estar preparado para enfrentar um possível contato com o HIV, bloqueando assim alguns “caminhos”. De acordo com o Ministério da Saúde a pessoa em PrEP precisa realizar acompanhamento regular de saúde, como a testagem para HIV e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Com isso, recebe de forma gratuita o medicamento pelo posto de saúde e/ou policlínica da sua cidade. Importante reafirmar que o medicamento só é disponibilizado para aqueles que seguem os protocolos de exames periodicamente.

Existem duas modalidades de PrEP indicadas: a PrEP diária e a PrEP sob demanda. A PrEP diária: consiste na tomada diária dos comprimidos, de forma contínua; A PrEP sob demanda⁵¹: consiste na tomada do medicamento somente quando a pessoa tiver uma possível exposição de risco ao HIV. A PrEP sob demanda é indicada para pessoas que tenham habitualmente relação sexual com frequência menor do que duas vezes por semana e que consigam planejar quando a relação sexual irá ocorrer.

No caso das travestis que estão se prostituindo, esperando e dependendo desse cliente que pode ou não aparecer em determinado dia e horário, torna-se mais viável tomar a PrEP diária, pois o risco se torna menor e o controle do medicamento se torna mais eficaz. Se a travesti se prostitui quatro vezes na semana, e em cada dia fica com pelo menos um cliente, a sua situação já foge da PrEP sob demanda.

⁵⁰ Informações retiradas do site do Ministério da Saúde: gov.br.

⁵¹ Deve ser consumido com a tomada de 2 comprimidos de 2 a 24 horas antes da relação sexual, mais 1 comprimido 24 horas após a dose inicial de dois comprimidos e mais 1 comprimido 24 horas após a segunda dose.

Além disso, as evidências científicas garantem a segurança e eficácia da PrEP sob demanda somente para algumas populações. São elas: homens cisgêneros heterossexuais, bissexuais, gays e outros homens cisgêneros que fazem sexo com homens (HSH), pessoas não binárias designadas como do sexo masculino ao nascer, e travestis e mulheres transexuais - que não estejam em uso de hormônios à base de estradiol. “E lá se foi a camisinha, a primeira a se escangalhar no exercício da profissão: bendita PrEP, por isso me sujeitei a você, pra não entrar em pânico nessas horas” (MOIRA, 2018).

É fundamental a testagem regular, a investigação de sinais e sintomas para outras IST's. A PrEP previne contra o HIV e permite o diagnóstico e tratamento de outras IST, interrompendo a cadeia de transmissão. O uso do preservativo previne do HIV e outras IST's.

A princípio eu fazia oral sem preservativo (só o oral, penetração deusamelivre!) nos ocós⁵² que eu queria fazer, todos. Transar era um tesão pra quem era Amara há tão pouco tempo, ainda toda insegura com o corpo, doida por um elogio: sendo desejada, eu desejava em troca, assim simples. E nisso vivi o gozo de prová-los por inteiro, cada centímetro com meus cinco sentidos (até audição usei – os barulhos que ali se ouvem, impagáveis!). Doença não peguei nenhuma, obra da PrEP, da vacina pra hepatite A+B e da minha sorte gorda, mas chegou a hora de eu parar com isso antes que seja tarde, seja pra educar esses lixos, seja porque nenhum deles merece o risco que eu estava correndo. Começa a Era do Guanto⁵³ (o capuz), e era uma vez prazer (MOIRA, 2018).

A PrEP é indicada para qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade para o HIV. No site do Ministério da Saúde, apontam algumas situações que podem indicar o uso do medicamento: a baixa do uso de camisinhas nas relações sexuais; a presença de episódios de IST's; pessoas que estão em contextos que envolve relações sexuais em troca de dinheiro, objetos de valor, drogas, moradia, etc; chemsex que é a prática sexual sob a influência de drogas psicoativas (metanfetaminas, Gama-hidroxitirato (GHB), MDMA, cocaína, poppers etc) com a finalidade de melhorar e facilitar as experiências sexuais.

Amara (2018) relata que os clientes se irritam quando ela coloca a camisinha no sexo oral. “Acham o cúmulo eu não querer correr riscos de pegar DST por vinte reais, às vezes menos. E ainda que fosse mais, o risco não valeria, não deveria valer”.

⁵² Na linguagem do Pajubá, “ocó” tem o significado de pênis.

⁵³ Na linguagem do Pajubá, “guanto” tem o significado de camisinha.

Mesmo com o auxílio da PrEP, a travesti que se prostitui ainda se encontra em vulnerabilidade social, pois outras demandas podem surgir colocando a sua vida em risco e/ou impossibilitando o uso da prática da prostituição.

Qual o espanto quando um ano e meio depois descubro que a dor que sentia em todas, absolutamente todas, às vezes que dei depois dessa era por causa de uma fissura anal? Demorei para me dar conta de que eu precisava de um médico e fui deixando pau atrás do outro ir só piorando a coisa por achar que era frescura minha ou falta de dedicação. Dois meses de pomadas, três aplicações diárias, e male, male tudo se resolveu, mas quase acabei foi na mesa de cirurgia. Por pouco. Como eu disse antes, não tem manual ou curso que te ensine nada, nem médico sabe direito o que recomendar (teve um que parecia ter nojo de mim e me mandou ir atrás de um “especialista na minha opção”, vai vendo) (MOIRA, 2018).

Podem existir inúmeras estratégias para que as travestis continuem a organizar sua existência na sociedade, mesmo que sejam excluídas de alguns setores sociais. Para aquelas que não fazem mais uso da prostituição, ainda é cabível o medo e a repressão que ocorre perante sua existência. Para finalizar este capítulo, irei relatar estratégia utilizada por Jacqueline nos meados de 1970, onde a passabilidade⁵⁴ ocorre como tática para permanecer e conquistar espaços:

Dias depois de chegar ao Brasil, Jacqueline é vista em um cartório com dois homens. Um deles a interpreta. Utiliza o nome masculino que ela ganhou no batismo, e está assinando a compra de uma casa no centro. Jacqueline fez uso de um artifício simples, uma vez que ela mesma já não se identificava com o nome de registro e podia não ser reconhecida pela burocracia: contratou um ator, que já conhecia da noite paulistana, para se passar pelo nome que tinha no RG. Ele assina a certidão de compra e venda, aperta a mão do dono antigo e pronto, assim que saem do cartório, entrega para Jacqueline o documento que a torna proprietária (FELITTI, 2022).

A passabilidade é utilizada como manobra para diminuir a violência e o sofrimento cometidos contra o corpo travesti, pois a sociedade enxergando aquele corpo como de uma mulher cisgênero, torna-se “aceitável”, digno de percorrer pelas ruas da cidade.

Contudo, preciso provocar que ao pensar a passabilidade, temos uma fonte transgressora sobre a compreensão e aceitação do corpo travesti. Pois, elas aproveitam a passabilidade como possibilidade de não serem agredidas, conseguindo assim, transitar

⁵⁴ Passabilidade é o termo utilizado por travestis e/ou pessoas trans que adentram em espaços públicos e privados, na qual a sociedade não percebe sua identidade de gênero e/ou o processo de transição. Se tornando passáveis e passíveis de existência em uma sociedade heteronormativa.

entre os espaços públicos e privados de forma mais “segura”. Elas não se identificam enquanto mulheres cisgêneros, portanto, mesmo aquelas que podem usufruir do corpo que é passável em sociedade, torna-se novamente transgressor, pois a inacessibilidade da identidade travesti ainda ocorre.

Conforme pontuado acima, travesti é aquela pessoa que se identifica como mulher, contudo, sua nomenclatura identificatória enquanto sujeito social é *a travesti*.

CAPÍTULO 04 – PANDEMIA DA COVID-19: SE DAS RUAS ELAS VIVEM, COMO VIVER SE NÃO PODEM ESTAR NAS RUAS?

A ideia deste capítulo não existia quando iniciei a produção da dissertação de mestrado, contudo com o surgimento da pandemia, se tornou importante destacar como a travesti poderia estar resistindo neste momento, já que a prostituição que assola sua vida, que ocorre em locais marginalizados, depreciados, suburbanos, precisa de um contato físico do outro (cliente) para se produzir enquanto puta das ruas, das “esquinas”. Não podemos esquecer que em grande maioria, a única fonte de renda da travesti é a prostituição nas ruas.

A produção deste capítulo convida o leitor a compreender que a #fiqueemcasa⁵⁵ não é válida para todas as pessoas que convivem em sociedade, o preconceito instaurado ainda proveniente da nossa cultura machista, reverberou ainda mais quando a pandemia chegou no Brasil solicitando o isolamento de todas as pessoas, contudo, como se isolar, se o aglomerar ou apenas estar na rua (trabalho) é necessário para uma sobrevivência social e econômica de algumas pessoas.

Tal reflexão corrobora para compreender como o manejo econômico e social reverbera a tudo que está ao nosso redor, contudo na produção deste capítulo, será enfatizado apenas a relação social da travesti no momento da pandemia COVID-19.

Desta forma, foi necessário e relevante conhecer o manejo de vida da travesti que se prostitui e como se estabeleceu seu vínculo com o trabalho a partir do momento que o fenômeno da pandemia se instaurou no mundo, obtendo assim, uma maior compreensão sobre seus relacionamentos e os sentimentos que envolvem o seu cotidiano.

A COVID-19 ocasionou o isolamento social diante da pandemia que se alojou no mundo. De acordo com Santana e Melo (2021), em 31 de dezembro de 2019, foi anunciado a existência de um novo vírus produtor de infecções em humanos. Tratava-se do novo coronavírus (Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus, SARS-CoV-2), agente etiológico da doença do coronavírus (covid-19), cujos primeiros casos foram identificados em Wuhan, região central da China.

⁵⁵ A #fiqueemcasa foi criada e utilizada inicialmente pela plataforma de rede social Twitter e depois outras grandes plataformas como o Instagram e Facebook aderiram a esta # para incentivar todas as pessoas a ficarem em casa, forma inicial de prevenção da proliferação do coronavírus.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmou que o surto da doença era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, colocando os países em alerta. Apesar das medidas de contenção da transmissão do vírus, há países que postergaram ou subestimaram a dimensão da pandemia e, conseqüentemente, viram se ampliar, dia após dia, o aumento da morbidade e da mortalidade ocasionadas pelo novo coronavírus (ZHU, 2019).

A partir deste olhar, busco investigar as desigualdades sociais e econômicas enfrentadas pelas travestis na prostituição, analisando sua vulnerabilidade ocasionada pela pandemia da COVID-19. Face à falta de recursos para seguir as recomendações de isolamento social, as travestis necessitam das ruas para prover o básico para sua subsistência, contudo coloca em risco a própria vida, frente a necessidade do isolamento social e higienização adequada para o controle do coronavírus.

O isolamento obrigatório coincidiu com um novo sistema de reconhecimento humano, por um lado pessoas são convidadas a se recolherem em suas residências, junto de sua família, privados do contato social externo, enquanto outros são impossibilitados de se retirarem das ruas, local este usado como fonte de renda e por muitas vezes, moradia ou abrigo (DOURADO; GOMES; SOUZA, 2020).

As práticas e os acontecimentos políticos ocorridos desde as últimas décadas do século passado estão relacionados, de algum modo, ao uso da internet (QUEIROZ, 2017). O famoso e atual *home office* se tornou principal cargo de trabalho para inúmeros sujeitos, contudo, para aquelas que não tem essa opção na atuação do seu trabalho, se torna excludente do campo social e econômico, principalmente quando referimos as travestis que já caminham por violências ocasionadas por esta sociedade transfóbica.

Diante deste momento e caos vivenciado, a vida das travestis estão mais frágeis, mais marginalizadas, mais violentadas, em que o número de assassinatos cresce a cada mês. Além da violência contra o corpo trans ocasionado pelo preconceito e transfobia, o corpo infectado com o vírus perde sua produtividade vital, gerando outro tipo de violência para aqueles corpos que não “servem” mais. Logo, se esse corpo não será mais útil, ele é descartável. Isso explicaria a falta de sensibilidade de alguns governantes com as pessoas com maiores vulnerabilidades. Estas comunidades precisam constantemente de políticas públicas, se não há ações emergenciais de proteção para esses sujeitos na pandemia, prontamente serão dizimados também pela doença (MOURA e MILANEZ, 2021).

Segundo Foucault (1999): “O corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo, corpo submisso”. Sendo assim, o corpo das travestis é valorizado quando se é

possível utilizá-lo na prostituição, seu corpo não é visto como útil além desse espaço de existência, podendo assim ser um sujeito descartável, alvo das vulnerabilidades sociais (MOURA e MILANEZ, 2021). Conforme compreendido nos capítulos anteriores, o corpo da travesti é submetido ao lugar marginal para uso da prostituição, sendo permitida sua existência apenas nesses lugares, contudo se a possibilidade de existir nesses espaços não é mais permitida, em quais espaços elas podem continuar a existir?

As grandes empresas e o governo brasileiro, buscam na economia um mercado voltado para a produção do capital, independente se esta produção financeira gera sofrimento para algumas classes, trata-se de uma sociedade que visa à economia sobre a vida. Desta forma, acabamos sendo direcionados para um caminho de dependência deste mercado e não o mercado como nosso dependente, conforme pontua Foucault (2008), “é necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado”.

Portanto, a pandemia é uma oportunidade para os governantes de implementação e legitimação de políticas de morte, aproveitando-se para esvaziar a sociedade da pluralidade de corpos e afetos que vão contra a economia heterocompulsória (MOURA e MILANEZ, 2021).

A pandemia da covid-19 trouxe à tona estruturas desiguais que favorecem a particularização da disseminação do vírus e seus efeitos, observando a agudização das dessemelhanças e iniquidades que são, muitas vezes, interseccionadas pela raça/cor, etnia, gênero, orientação sexual, classe social e deficiências (ABRASCO, 2020).

A pandemia do COVID-19 e o forçoso isolamento social paralisaram a economia global quase que completamente, fazendo apelo aos Estados para salvaguardar não somente a economia, mas também a vida das pessoas (REICH, BORGES e XAVIER, 2020). Se a travesti não é identificada enquanto pessoa a partir da sua transição de identidade de gênero, como salvar sua vida?

Um dos assuntos mais comentados durante o período de 2020-2022 foi a pandemia do COVID-19, o isolamento social acoplado com o home office fez-se ter um novo olhar sobre tocar fisicamente o outro. Pessoas se reinventaram, descobriram novos hábitos, novos manejos de trabalho, novas oportunidades. Mas será que todas as pessoas possuem acesso de forma democrática as oportunidades?

Não se pode negar o lugar de privilégio que me encontro neste momento, enquanto homem branco gay cisgênero escrevendo em meu notebook, aproveitando o inverno em minha casa quente.

Érico Andrade (2020) pontua em seu artigo, “Vários mundos para uma só pandemia: contra a universalidade do discurso filosófico” que democracia e COVID-19 são vertentes distintas que não se abraçam. Contrariando um discurso, que ele chama de corrente, o coronavírus acentua muito mais do que elimina a desigualdade social. O vírus, tanto sua contaminação quanto as consequências da pandemia, não afeta da mesma maneira as pessoas e os países. Existem diferentes mundos, diferentes pessoas, diferentes identificações, diferentes corpos.

A circulação do vírus pode até se dá de forma indiscriminada, mas a possibilidade de lidar com essa circulação e se proteger depende do contexto social no qual se está inserido. Se discriminação faz parte da vida social da travesti, seu contexto social não permite sua inserção no cuidado da vida e/ou cuidado paliativo. “Longe de ser uma doença democrática, no sentido de que todas as pessoas estariam igualmente submetidas a ela, a letalidade da COVID-19 incide nas populações mais carentes e mais precarizadas” (REICH, BORGES e XAVIER, 2020).

Bovo (2020) pontua que na vida da maioria das travestis, a situação que se apresenta é a da proteção sanitária (uma vez que fiquem em isolamento) e a desproteção financeira, já que não podem sair para as ruas como exercício da profissão. O cliente tem seu “lugar” na sociedade ou condição social que permite a possibilidade de estar protegido financeiramente e sanitariamente, pois tem a possibilidade de continuar a trabalhar em casa (home office) ou manejar outros trabalhos com a proteção necessária estabelecida pelo governo e suas leis trabalhistas.

Importante reafirmar que quando é referido o lugar de cliente nesta construção, é aludido aqueles que de certa forma possuem condições financeiras de contratar o serviço de prostituição que a travesti propõe, *do famoso vintão até valores mais altos*.

Mesmo que esse cliente ainda tenha o desejo de sair de casa e consumir a prostituição em cima do corpo da travesti, é notório identificar que existe certo privilégio para aquele que consome este produto e pode pagar por ele, mesmo que ainda seja por vinte reais.

O cliente que consegue se reestabelecer financeiramente continua a viver com a proteção necessária para lidar com a pandemia, a travesti já não possui a possibilidade de permanecer em casa, não possui outra forma de se reestabelecer financeiramente além do toque físico que é necessário para exercer seu trabalho, a mesma permanece sem

possibilidades de se reorganizar no isolamento social, pois sua renda depende do contato social.

A falta das relações sexuais com prostitutas é substituída por meio de recursos informáticos, como os filmes pornográficos. Os programas on-line se tornaram uma alternativa para este momento, mas que não é tão simples para a maioria das profissionais do sexo, além disso, nem sempre existe acesso à tecnologia com qualidade, e ainda assim, não é garantia de ganhos equiparáveis à situação anterior, seu trabalho na prostituição de rua. “Escolha de muitas é entre se contaminar ou passar fome” (BOVO, 2020).

Evânia Reich (2020) afirma com uma explanação forte sobre o luto daqueles que nem vivos estão respirando: “Daqueles que sempre morreram primeiro, e para os quais sempre houve a ‘vala comum’, inominada e sem lembrança, cujo luto nós nunca fizemos no país da interminável, irreparável, escravidão”.

Maria Borges (2020) assinala que a mortalidade da COVID-19 com suas centenas de milhares de indivíduos, na sua maioria, idosos, doentes crônicos, pobres e excluídos serão assimilados pela dinâmica do capital sem grandes abalos ao sistema.

O vírus que mudou o mundo ainda é questionável, se faz necessário pesquisar e produzir mais conteúdo, contudo, a violência estabelecida com aqueles que já são excluídos da sociedade com ou sem pandemia, não é algo novo. Esta temática precisa de maiores cuidados, precisamos discutir, compreender, respeitar. O vírus não escolhe as pessoas, contudo a letalidade é maior diante daqueles que são ditados como seres abjetos, que são menosprezados, pois o cuidado com a saúde no nosso País ainda é visto pelo “lugar” que este sujeito desempenha na sociedade, se segue o padrão da heteronormatividade.

A prostituição antes facilmente visível nas ruas de grandes centros urbanos ou nos anúncios veiculados pela internet, acaba se tornando uma pauta invisível ou tão visível que é ignorada pela sociedade machista que ainda percorre nossa cultura atual, fazendo existir uma série de restrições (implícitas e explícitas) que perpassam pela ordem moral, política e religiosa que orbitam a temática da prostituição (ROMFELD, 2020).

Em tempos de pandemia, tenho a impressão de que a prostituição se tornará um assunto ainda mais oculto e abafado, embora seja difícil acreditar que clientes [...] tenham deixado de buscar esses serviços. [...] é inviável cogitar que prostitutas oriundas das classes populares sigam rigorosamente o isolamento social, pois muitas necessitam desta fonte de renda para sua sobrevivência, além de contar com pouquíssimo suporte governamental (ROMFELD, 2020).

O Brasil carrega a gigantesca herança de opressões, se faz pensar em como é possível falar de isolamento social para uma população em situação de rua e/ou que vive em localidades de extrema pobreza. Os marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade, não somem quando uma pandemia começa (DOURADO; GOMES; SOUZA, 2020), essas violências já ocorrem antes mesmo deste momento pandêmico.

As travestis já sofrem diversas restrições morais e políticas, a partir do momento que se identificam como tais. Vergueiro (2015) explica que a cisgeneridade é a identidade de gênero das pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas, o termo transgeneridade fomenta aquilo que vai contra o que é cis, portanto, pessoas que cuja identidade não vincula ao sexo atribuído no nascimento.

Lembrando, que o termo travesti é utilizado não apenas como identificação, mas também como manejo político, forma de luta entre aquelas que exigem ser respeitadas e identificadas como mulheres. Ainda se tem fixado em nossa sociedade, que travestis estão enraizadas com a prostituição, sem poder ter outro manejo de vida, sem outra escolha.

Quando se é dito sobre uma sociedade patriarcal, tudo que remete a como o feminino se torna um objeto desvalorizado socialmente, principalmente, se este sujeito biologicamente nasce neste “privilégio”, contudo, não se identifica com esta representação biológica identitária.

Deste modo, interpreta-se que as travestis já vivem em uma realidade de isolamento a muito tempo, onde seus desejos são ignorados e seus direitos retirados.

Conforme pontua Antunes (2013) os corpos travestis sofrem opressão a todo momento, com uma expectativa de vida de apenas 35 anos, metade da média da expectativa geral do Brasil, torna-se visível o abismo social entre pessoas transgênero e cisgênero.

O transfeminicídio se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo. Qual a quantidade de mortes é suficiente para chegar a esta conclusão? No Brasil não há nenhuma fonte totalmente confiável. O que existe é um acompanhamento, por algumas ONGs de ativistas LGBTT, de matérias jornalísticas sobre as mortes de pessoas LGTT (BENTO, 2014).

A propagação do coronavírus também vem desencadeando grandes epidemias de vírus ideológicos que já estava latente na sociedade, deixando evidente as fronteiras sociais já existentes (ZIZEK, 2020).

Alessandra Oliveira (2020), também corrobora que as dificuldades sofridas pela população trans no período de pandemia, que antes já eram existentes, agora são majoradas, como as altas taxas de assassinatos, o desemprego latente, a impossibilidade do acesso ao tratamento hormonal devido às crises enfrentadas nos hospitais que se destinaram ao tratamento da COVID-19, sendo que as demandas que não vinculam com a pandemia foram colocadas como segundo plano. Os acessos as clínicas para a transição de gênero, reposição hormonal e cirurgias foram significativamente restringidos e por consequência ocasionou uma extensão inevitável do tempo de espera por cuidados de saúde relacionados à transição da identidade de gênero que, antes da pandemia, já se estendia para entre dois e quatro anos (VOWLES, 2020 apud DOURADO; GOMES; SOUZA, 2020).

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos reconheceu que em 2019 o Brasil era o país com o maior número de homicídios de pessoas trans em todo o mundo.

Do ponto de vista individual, o isolamento social pode ser visto como um ato de solidariedade, pois, nesse caso, levam-se em conta as consequências dos próprios atos tanto para si quanto para os demais. Ao cuidar de si, também se está cuidando do outro diretamente. Dessa maneira, ao indicar que as pessoas fiquem em casa o máximo possível, a OMS e os gestores públicos que concordam com essa medida de respeito recíproco compartilham-na com as pessoas ou transferem para elas a responsabilidade moral pela propagação ou não do novo coronavírus. Contudo, mesmo com valores iguais, as pessoas têm necessidades diferentes. Então, como aqueles que precisam trabalhar diariamente para sobreviver ou aqueles que não têm água, luz e outras condições para o ‘confinamento’ conseguem passar 24 horas por dia dentro de casa? Assim, no caso de pessoas em situação de vulnerabilidade, medidas de isolamento social, quando impostas, não levam em consideração o contexto específico de cada realidade. Tornam a ação, desse modo, discriminatória, desigual e com uma perspectiva utilitária que coloca o fim da ação acima do bem próprio do agente individual (SANTOS, 2020).

De acordo com Dourado, Gomes e Souza (2020), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) produziu os seguintes boletins:

Houve um aumento de 47% no número de assassinatos de pessoas trans no período entre 1 de janeiro e 31 de outubro de 2020, comparado com mesmo período de 2019. Segundo a ANTRA, em seus boletins publicados anteriormente, no primeiro bimestre o aumento foi de 90%, no segundo 48%, o terceiro apresentou aumento de 39% e no quarto bimestre chegou a 70% de aumento do número de assassinatos registrados. Acreditava-se que durante a pandemia do COVID-19, os índices de assassinato poderiam diminuir como aconteceu em outras parcelas da população, pela necessidade do isolamento social colocado em muitas cidades/estados. Mas quando vemos que o assassinato de pessoas trans aumentou, temos um cenário onde os fatores sociais se intensificam e tem impactado a vida das pessoas trans, especialmente as travestis e mulheres transexuais trabalhadoras sexuais, que seguem exercendo seu trabalho nas ruas para ter garantida sua subsistência, visto que a maioria não conseguiu acesso às políticas emergenciais do estado devido a precarização histórica de suas vidas. A ANTRA, em seu boletim, chama atenção para um dado preocupante, o qual aponta que 90% da população de

Travestis e Mulheres Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e que 80% das travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo, relataram perda de até 100% em seus ganhos. Ainda estima que estima que cerca de 60% da população Trans não teve garantido o acesso a renda básica emergencial do governo federal, ou qualquer outro benefício na esfera governamental.

É notório que a violência e exclusão social que reverbera a vida das travestis, se intensificou durante a pandemia. A forma como a pandemia da COVID-19 se moveu, escancara a precariedade da comunidade humana, moldada e movida pelo poder do racismo, da xenofobia, do machismo, do capitalismo e entre outras estruturas de opressões (DOURADO; GOMES; SOUZA, 2020).

Face a este momento e caos vivenciado, a vida das travestis estão mais frágeis, mais marginalizadas, mais violentadas, em que o número de assassinatos cresce a cada momento. Se torna inviável mensurar tudo que pode entrelaçar o campo da vulnerabilidade que as travestis sofrem com o isolamento social, pois a cada dia cresce novas fontes transmissoras da desigualdade em cima desta comunidade. Pode-se pensar que com este comprometimento na renda, se torna ainda mais dificultoso a possibilidade de ter alguma refeição entregue em sua casa, no sentido de evitar, em partes, a exposição ao vírus. A maioria depende de transporte público para se locomover, seja para deslocamento para as ruas que exercem a prostituição ou outros fazeres da vida cotidiana; possuem moradia com pouca ou quase nenhuma estrutura, na maioria das vezes, compartilhadas com mais travestis.

É perceptível a compreensão que o isolamento social é um privilégio, alcançável para aqueles que conseguiram manter seu sustento exercendo seu trabalho *home office* e inalcançável para elas, as prostitutas das esquinas.

É importante compreender que essa pesquisa não foi destinada para as travestis de “luxo” ou aquelas que não precisam transitar nas esquinas como forma de retirar daquela cena noturna e diária o seu sustento.

Apesar de ainda, se pensarmos no tempo que essa profissão está estabelecida em nossa sociedade, as leis ainda não fazem jus a esta comunidade, contudo, é destacável que as redes sociais estão corroborando para que elas sejam vistas, quistas, compreendidas como sujeitos pertencentes a sociedade, como qualquer outro profissional que faça uso do seu tempo dedicado ao trabalho. A diversidade batendo o pé contra o sistema patriarcal e heteronormativo, faz-se ser vista e acopla as travestis prostitutas. Pois, nem toda prostituta é travesti, mas, culturalmente, toda travesti é prostituta.

Sabe-se que esses marcadores sociais da diferença não atuam de forma isolada. Há uma sinergia entre eles que potencializa as situações sociais e de saúde devido aos processos de vulnerabilização estrutural (SANTANA e MELO, 2021).

Durante a pandemia houve um aumento significativo no número de mortes das travestis, de acordo com Associação Nacional de Travesti e Transexuais (ANTRA). Primeiramente, o isolamento social interfere no dia a dia do manejo social que as compõe. No âmbito econômico, a prostituição se torna a única fonte de renda. No âmbito familiar, o isolamento torna a residência um espaço constante de violências. Impactos psicológicos são provocados pelo distanciamento social: a solidão, abandono, endividamento, transfobia e ansiedade diante de um cenário de incertezas (MOURA e MILANEZ, 2021).

Finalizo este capítulo com a citação da Travesti, Prostituta e Doutora, Amara Moira (2018), triste sina da travesti: atíçar o desejo alheio e, ao mesmo tempo, o ódio por ter despertado esse desejo. Não à toa nos matam, agridem... [...] passado o gozo, não há mais tesão para fazer com que tenham coragem de interagir conosco: nem oi, nem tchau, sequer um sorriso. No melhor dos casos, a indiferença.

CAPÍTULO 4 – INQUIETAÇÕES SOCIOFILOSÓFICAS SOBRE CORPOS TRAVESTIS, PENSANDO A PARTIR DE BUTLER

Discorrerei neste capítulo a partir de um olhar e produção de Judith Butler⁵⁶ sobre as relações de poder, gênero e sexualidade que se manifestam na vida da travesti, procurei vincular sua teoria com a construção de lugar que a travesti se encontra, a partir do seu apanhado histórico apresentado anteriormente, não pretendo focar em toda sua produção como revisão bibliográfica, mas sim, compreender o campo subjetivo que é perpassado por meio da matriz heterossexual, na qual ela realiza suas críticas.

Ao compreender o caminho histórico-cultural que o corpo da travesti é produzido e continua em produção, pois esse movimento é uma contaste, um processo incessante entre produzir seu corpo, resistir nas ruas e, no mesmo espaço de tempo, utilizar das ruas como espaço de existência e materialização deste corpo. “Resistir pra existir, existir pra reagir”.⁵⁷

Na construção do saber sobre o sujeito, a filosofia possui um leque de caminhos que produzem diversos olhares sobre o ser humano. O sujeito falante se torna mais do que o indivíduo, torna-se uma perspectiva absoluta que impõe suas categorias a todo o campo linguístico conhecido como “o mundo” (BUTLER, 2020). Seguindo a leitura e a produção de Butler, que inicia sua construção baseando-se em Foucault, observa-se como o a sexualidade e poder estão entrelaçados na produção do sujeito:

Foucault, que, ao afirmar que sexualidade e poder são coextensivos, refuta implicitamente a postulação de uma sexualidade subversiva ou emancipatória que possa ser livre da lei. Podemos insistir nesse argumento, salientando que “o antes” e “o depois” da lei são modos de temporalidade discursiva e *performativamente* instituídos, invocados nos termos de uma estrutura normativa que afirma que a subversão, desestabilização ou o deslocamento exigem uma sexualidade que de algum modo escape das proibições hegemônicas a pesarem sobre o sexo. Para Foucault, essas proibições são invariável e inopinadamente produtivas, no sentido de que “o sujeito” que supostamente é fundado e produzido nelas e por meio delas não tem acesso a uma sexualidade que esteja, em algum sentido, “fora”, “antes” ou “depois” do próprio poder. O poder, ao invés da lei, abrange tanto as funções ou relações diferenciais jurídicas (proibitivas e reguladoras) como produtivas (inintencionalmente generativas). Consequentemente, a sexualidade que emerge na matriz das relações de poder não é uma simples duplicação ou cópia da lei ela mesma, uma repetição uniforme de uma economia masculinista da identidade. As produções se desviam de seus propósitos originais e mobilizam inadvertidamente possibilidades de “sujeitos” que não apenas ultrapassam os limites da inteligibilidade cultural como efetivamente expandem as fronteiras do que é de fato culturalmente inteligível (BUTLER, 2020).

⁵⁶ Judith Butler é uma filósofa Norte-Americana e uma das principais teóricas contemporâneas do feminismo e teoria queer. A mesma, se apresenta como: “não-binária, o que significa que sou uma prima das trans”. Apresentação retirada via plataforma digital youtube da entrevista que aconteceu no canal de televisão: Canal Brasil (tradução da entrevista também realizada pela instituição e o youtube) com o título “debate e problemas de gênero com Linn da Quebrada e Jup do Bairro”, canal Transmissão.

⁵⁷ Tema utilizado na página inicial do site da ANTRA.

Para Kafka o poder é uma questão de compreender seus modos de construção de corpos políticos, seus circuitos de afetos com regimes extensivos de implicação, pensando assim, a individualização que tais corpos produzem (SAFATLE, 2020).

O poder existe como determinante da própria condição de existência e a trajetória de seu desejo de existir, o poder não é apenas aquilo que gera confronto no sujeito e sua existência, mas sim, aquilo de que dependemos para existir e que abrigamos e preservamos nos seres que somos (BUTLER, 2019).

Para Butler (2020) as normas estabelecidas de produção da subjetividade e do saber à luz da concepção foucaultiana, consiste nos “sistemas jurídicos de poder”, ou seja, em como o poder emerge à normatividade a partir de práticas de “limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo ‘proteção’ dos indivíduos”. De acordo com os autores acima, as discussões críticas pautadas em suas produções, voltam-se para os tipos de práticas sociais estabelecidas dentro da matriz heterossexual, a partir da produção de poder que certos lugares, sujeitos ou instituições podem agir sobre os corpos.

“Taí algo fundamental para poder gostar de nós, ‘desconstruir-se’ e ter coragem, o que diz muito da nossa condição” (MOIRA, 2018). Que tipo de regulação social esse dispositivo de poder produz diante da trajetória de vida da travesti?

A sexualidade também afluída no corpo da travesti é compreendida como dispositivo que opera por meio de discursos normalizadores e práticas sociais.

As inscrições e interpelações primárias que se produzem no sujeito desde o seu existir, se torna produção de um corpo que é recebido com as expectativas e fantasias dos outros (sociedade), na qual afeta, de alguma forma, em primeiro momento, de maneiras incontornáveis, a produção deste sujeito. Como nos adverte Butler (2019): trata-se da imposição psicossocial e da inculcação lenta das normas. Elas chegam quando mal podemos esperá-las, e seguem conosco, animando e estruturando nossas próprias formas de capacidade de resposta.

Essas normas não estão simplesmente impressas em nós, marcando-nos e estigmatizando-nos como tantos outros destinatários passivos de uma máquina de cultura. Elas também nos “produzem”, mas não no sentido de nos trazer à existência ou de determinar estritamente quem somos. Em vez disso, informam os modos vividos de corporificação que adquirimos com o

tempo, e esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las (BUTLER, 2019).

Importante ressaltar, conforme Preciado (2022) exemplifica: cada corpo nascido num hospital do Ocidente é examinado e submetido aos protocolos de avaliação da normalidade de gênero inventados nos anos de 1950, nos Estados Unidos, “se o corpo do bebê não se adapta aos critérios visuais da diferença sexual, ele será submetido a uma bateria de cirurgias de ‘redesignação sexual’”. Quem decide o corpo dessa criança? Os pais sanguíneos? Os responsáveis legais concedido pela justiça? O estado que regula as normas sociais? A sociedade? A própria criança? A patologização do corpo praticado pela medicina? Quais normas foram estabelecidas para a gestão desse corpo? O que Preciado dialoga é que o corpo já vem com uma estrutura externa a partir da identificação desse sujeito ainda na vida intrauterina, é questionado e direcionado com um nome, um sexo, uma identidade pré-formada, pré-discursiva, produzindo assim sujeitos, lugares, poderes que vão regrado seu lugar no mundo.

Peres (2011) conceitua, baseado nas teorias foucaultianas, que o corpo é tomado como uma produção sócio-histórica, cultural e política, em construção permanente e flexível que lhe confere marcas que variam de acordo com os tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, sexuais e de expressão de gêneros. Compreende-se assim, fantasias sobre cada indivíduo em nome de processos rotulados da construção social (FILHO, 2016).

Se o gênero vem a nós em um primeiro momento como uma norma de outra pessoa, ele reside em nós como uma fantasia ao mesmo tempo formada pelos outros e parte da nossa formação (BUTLER, 2019).

Não quero e nem tenho como afirmar que o corpo sempre é construído através desses sinais. Conforme a própria Butler (2020) indaga, “se o gênero vem antes do sexo, quem constrói o gênero?”

O gênero é recebido, mas com certeza não simplesmente inscrito em nosso corpo como se fôssemos meramente uma chapa passiva obrigada a carregar uma marca. Mas o que somos obrigados a fazer a princípio é representar o gênero que nos foi atribuído, e isso envolve, em um nível inconsciente, ser formado por um conjunto de fantasias alheias que são transmitidas por meio de interpelações de vários tipos. E embora o gênero seja representado, repetidamente, a representação nem sempre está em conformidade com determinados tipos de norma, e com certeza nem sempre em precisa conformidade com a norma. Pode haver um problema em decifrar a norma

(pode haver várias reivindicações conflitantes transmitindo qual versão de gênero deve ser alcançada e através de quais meios), mas deve haver algo sobre representar uma norma que guarde em si a possibilidade de não conformidade. Embora as normas de gênero nos precedam e atuem sobre nós (esse é um dos sentidos da sua representação), somos obrigados a reproduzi-las, e quando de fato começamos, sempre involuntariamente, a reproduzi-las, alguma coisa sempre pode dar errado (e esse é um segundo sentido da sua representação). E ainda, no curso dessa reprodução, parte da fraqueza da norma é revelada, ou outro conjunto e convenções culturais intervêm para produzir confusão e conflito dentro de um campo de normas, ou, no meio da nossa representação, outro desejo começa a governar, e formas de resistência se desenvolvem, alguma coisa nova acontece, não precisamente o que foi planejado (BUTLER, 2019).

De acordo com Zapata e Oliveira Jr (2017) que utilizam o termo “corpo impregnado” faz referência ao corpo submetido às expectativas do gênero que lhe são atribuídos desde seu nascimento. Então, entende-se que os papéis tradicionais de gêneros, uma vez que são socialmente construídos, podem ser igualmente desconstruídos, existindo à possibilidade de ser eliminar os papéis sexuais *obrigatórios, impregnados* e criar uma sociedade sem gênero, mas não sem sexo, na qual a anatomia de um indivíduo não teria nenhuma incidência sobre o que ele é, o que ele faz e a pessoa com a qual ele tem relações sexuais (JORGE E TRAVASSOS, 2018).

O corpo é parte da nossa identidade, por meio dele mostramos ao mundo e sociedade onde estamos alocados, inseridos. Através deste corpo pode-se vivenciar experimentações de toda ordem, seja física, emocional, afetiva, sexual, virtual, vinculando diferentes afetos que disparam sobre si e efetuam novos modos de existencialização (PERES, 2011). O gênero não pode ser visto apenas como categoria binária, é compreendido como camadas ressignificáveis e expansíveis que resistem às restrições gramaticais substantivadoras que pesam sobre o gênero (BUTLER, 2020).

O gênero está imbuído em todo o processo de produção do que se pode entender por sexo. Em nossa sociedade atual, entende-se que a matriz heterossexual é naturalizada, o que produz uma espécie de violência normativa com consequências discriminantes e homofóbicas e transfóbicas para a população LGBTQIA+ que rompe esta barreira normativa. Portanto, as distinções anatômicas de machos e fêmeas, marcadas, sobretudo, por suas genitálias, estabeleceriam as fronteiras que não apenas separariam o masculino do feminino, homem da mulher, mas ofereceriam o suporte para a construção de comportamentos, subjetividades e verdades antagônicas sobre o corpo e identidade do sujeito. Tais fronteiras corroboram para uma ilusão de uma organização sobre o gênero, utopia mantida discursivamente com o propósito de regular a

sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora (BUTLER, 2020).

Em termos linguísticos, gênero é uma categoria arbitrária e seu vínculo com o sexo é estabelecido segundo cada língua e seu léxico; a partir da antropologia, o gênero passou a ser utilizado para designar papéis sociais ligados ao sexo [...] Gênero é uma construção cultural que costuma ser diretamente relacionada ao sexo e designa papéis, comportamentos, atividades e características considerados pela sociedade como apropriados aos meninos/homens e às meninas/mulheres (JORGE E TRAVASSOS, 2018).

Subjetividade não é mais que a cicatriz deixada pelo corte na multiplicidade do que poderíamos ter sido. Sobre essa cicatriz assenta-se a propriedade, funda-se a família e lega-se a herança. Sobre essa cicatriz, escreve-se o nome e afirma-se a identidade sexual (PRECIADO, 2022). Já temos o primeiro conflito sobre o lugar da travesti, se a identidade sexual provém dessa herança subjetiva imposta pela sociedade que constrói o sujeito apenas no sistema binário, isso produz conseqüentemente, uma identidade voltada restritamente para uma família heterossexual⁵⁸ e heteronormativa, normativa que provém da sexualidade.

O rompimento com o olhar binário surge a partir do momento que nos tornamos seres falantes, nossa apreensão da materialidade corporal passa pela experiência da linguagem, fazendo com que não sejamos reduzidos ao nosso corpo. Como Lacan gostava de frisar, “nós não somos um corpo, nós temos um corpo” (JORGE e TRAVASSOS, 2018). Desta forma, alguns sujeitos produzem resistência quando são colocados perante as normas estabelecidas pela sociedade que quer impor uma produção única sobre esse corpo.

Para os seres falantes, a sexualidade não é sinônimo de genitalidade: ela não se restringe ao ato sexual enquanto conjunção dos órgãos genitais, mas se revela em outras atividades aparentemente desprovidas de um cunho sexual: o olhar, a leitura, esportes, as funções fisiológicas de excreção, a respiração, para dar alguns exemplos, são todas atividades que contêm elementos de satisfação propriamente sexual (JORGE e TRAVASSOS, 2018).

As travestis entram em um processo de resolução e (re) construção deste corpo, como única forma de resolver, através das intervenções corporais, o sentimento de inadequação entre sexo e gênero, pois a identidade feminina é o que percorre sua

⁵⁸ A questão apontada por família heterossexual provém no intuito de compreender essa família reprodutora que precisa ser composta por homem e mulher, para assim poder procriar.

identificação e subjetividade. A reformulação deste corpo que é solicitado por elas, provém na intenção de estabelecer congruência entre sua sexualidade e seu gênero, formadores da sua identidade (JORGE E TRAVASSOS, 2018).

Da mesma maneira que precisamos entender que as normas de gênero são transmitidas por meio de fantasias psicossociais que não são originalmente criadas por nós, podemos ver que as normas do humano são formadas por modos de poder que buscam normalizar determinadas versões do humano em detrimento de outras, fazendo distinções entre humanos ou expandindo o campo do não humano conforme a sua vontade. Perguntar como essas normas são instaladas e normalizadas é o começo do processo de não tomar a norma como algo certo, de não deixar de perguntar como ela foi instalada e representada, e à custa de quem. Para aqueles apagados ou rebaixados pela norma que se espera que incorporem, a luta se torna uma batalha corpórea por condição de reconhecimento, uma insistência pública em existir e ter importância (BUTLER, 2019).

Ferreira (2009) fomenta que a partir de seus corpos marcados pela ambiguidade, as travestis transmitem uma imagem de sujeitos perigosos, por violar as regras estabelecidas pela matriz heterossexual e/ou por usarem seus corpos como manuseio de sustento econômico e/ou prazer na prostituição. Essa ambiguidade coloca a travesti em um lugar de minoria e exclusão por esses dois movimentos.

Perante a sociedade, identificar-se travesti e fugir do sistema binário já se torna um rompante por essas regras preestabelecidas. Permear pela prostituição, torna-se um outro rompante, mesmo que essa trajetória seja pela necessidade financeira e/ou pela possibilidade de desejo e prazer. O sujeito ao se nomear travesti, automaticamente é colocado neste lugar por meio desse sistema de regulações sociais. Se prostituir em locais marginalizados, pode ser compreendido também como estratégia de sobrevivência para existir, mesmo que essa existência seja cabível apenas através desses espaços sociais. “Nenhum de nós age sem as condições para agir, mesmo que algumas vezes tenhamos que agir para instalar e preservar essas condições” (BUTLER, 2019).

As travestis enquanto público precário⁵⁹ foram constituindo uma forma de ação que reivindica as condições para agir e viver, conforme já foi explanados nos capítulos anteriores. Tais manifestações surgiram no intuito de trazer voz para esses corpos que

⁵⁹ Butler utiliza o termo precariedade em seu livro “Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia”, 2019. Na qual se refere a populações que morrem de fome ou que estão perto de morrer de fome, àquelas cujas fontes de alimento chegam para um dia, mas não para o próximo, ou estão cuidadosamente racionadas.

são destinados a morrer. Algumas vezes, uma reunião é realizada em nome do corpo vivo, um corpo com direito a viver e a persistir, até mesmo a florescer (BUTLER, 2019).

Ao mesmo tempo, não importa sobre o que seja o protesto, ele também é, implicitamente, uma reivindicação por poder se unir, se reunir em assembleia, e de fazê-lo livremente, sem medo da violência policial ou da censura política. Então, embora o corpo em sua luta contra a precariedade e a persistência esteja no coração de tantas manifestações, ele também é o corpo que está exposto, exibindo o seu valor e a sua liberdade na própria manifestação, representando, pela forma corpórea da reunião, um apelo ao político (BUTLER, 2019).

A precariedade está interligada intrinsecamente às normas de gênero, sendo que aqueles que não vivem seu gênero de modos inteligíveis estão expostos a um risco mais elevado de assédio, patologização e violência. “Podemos estar falando também sobre os profissionais do sexo transgêneros que têm que se defender contra a violência nas ruas e o assédio da polícia” (BUTLER, 2019).

As normas de gênero tem tudo a ver com como e de que modo podemos aparecer no espaço público, como e de que modo o público e o privado se distinguem, e como essa distinção é instrumentalizada a serviço da política sexual. Ao perguntar quem vai ser criminalizado com base em sua aparência pública, quero dizer, quem vai ser tratado como um criminoso, e apresentado como um criminoso (o que nem sempre é o mesmo que ser nomeado um criminoso por um código legal que discrimina manifestações de determinadas normas de gênero ou determinadas práticas sexuais); quem vai ser o protegido pela lei ou, mais especificamente, pela polícia, nas ruas, no trabalho ou em casa – em códigos legais ou instituições religiosas? Quem vai se tornar objeto da violência policial? Quem terá as queixas de agressão negadas e quem vai ser estigmatizado e privado de direitos civis ao mesmo tempo que se torna objeto de fascinação e do prazer consumista? Quem vai ter assistência à saúde perante a lei? Quem terá as relações íntimas e de parentesco reconhecidas perante a lei ou criminalizadas pela lei, e quem vai ter que viajar trinta quilômetros para se tornar um novo sujeito de direitos ou um criminoso? O estatuto legal de muitas relações (conjugais, parentais) muda radicalmente dependendo da jurisdição em que se está, se a corte é religiosa ou secular, e se a tensão entre códigos legais conflitantes é resolvida no momento em que a relação surge (BUTLER, 2019).

Butler pontua em seu livro *Corpos que Importam: os limites discursivos do sexo* (2019), o termo “vida ou morte” que coloca o sujeito em um lugar de extermínio, estruturas jurídicas que produzem o lugar que o sujeito pode permanecer vivo ou precisa permanecer morto. Poderíamos pensar que a travesti que está imersa na prostituição por ser um lugar onde sua existência é cabível, apenas esse espaço social é “permitido”, se torna um corpo que permanece “morto” ou ignorado enquanto existente por outros espaços, pessoas e/ou instituições sociais que normalizam o sujeito pelo viés heteronormativo.

Se existem normas sexuais e de gênero que condicionam quem vai ser “legível” para existir em determinados espaços, os “ilegíveis” podem e vão se constituindo como grupo, desenvolvendo formas de se tornar legíveis uns para os outros, dentro do mesmo espaço. Como os corpos ilegíveis são expostos a diferentes formas de viver a violência de gênero, tal exposição em comum pode corroborar para se tornar a base para a resistência (BUTLER, 2019).

Quando corpos se juntam na rua ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político, como um corpo existente e vivo, transmitindo uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas. Essa função tem uma expressão significativa para que as travestis não sejam mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária (BUTLER, 2019).

Se a normalização das condutas surge como estratégia de governo a partir da construção do Estado Moderno e se a incorporação das normas nos modos de subjetivação biopolíticos funciona como um importante recurso de sujeição e de controle de um corpo molar das populações (FOUCAULT, 1988), é de se esperar que todos/as estejamos sujeitos a essas operações do (bio)poder e que todos/as sejamos constituídos/as por tais lógicas normativas de assujeitamento (SANTOS, 2016).

Conforme iniciado nessa dissertação: em nossa sociedade atual, quem daria emprego para uma professora travesti?

Butler (2015) ao se referir às operações de poder, quando atuam (se é que em algum momento deixam de atuar) sobre o corpo do sujeito, traz um lugar de sujeito abjeto, passível de sumir ou nem existir. Se as normas invadem quem somos, produzindo nosso lugar de existência a partir de um corpo sexualizado, normas que são regidas por uma matriz heterossexual, as pessoas LGBTQIA+ sofrem com violências psicológicas e físicas, até casos de tortura, há indícios de que são frequentemente submetidos a “atos de violência de índole sexual, como estupros ou agressões sexuais, a fim de ‘castigá-los’ por ultrapassar as barreiras do gênero ou por questionar ideias predominantes sobre o papel de cada sexo”. A discriminação por motivo de orientação ou identidade sexual contribui muitas vezes para desumanizar a vítima, condição necessária para que ocorram a tortura e os maus tratos (CIDH, 2015 apud CÂMARA, 2021).

A economia neoliberal estrutura cada vez mais as instituições e os serviços públicos, o que inclui escolas e universidades, produzindo a ideia de que algumas

populações são consideradas descartáveis. Desta forma, o mercado decide quais saúdes de vidas devem ser protegidas e quais não devem (BUTLER, 2019).

Em meio à disputa social e política sobre o sexo, o corpo e a vida, ou seja, aquilo que Foucault (1988) denominou de *biopolítica*, e Preciado (2008), mais recentemente, vem chamando de regimes farmacopornográficos, testemunhamos questões como a (des)criminalização do aborto; violências e discriminações por conta de orientação sexual e identidade de gênero contras pessoas LGBT e mulheres; o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual; disputas que envolvem uma nítida aproximação entre Estado e a indústria farmacêutica para o controle de distribuição de hormônios masculinos e femininos, bem de medicamentos antirretrovirais para pessoas que vivem com HIV/Aids; gestão dos corpos de travestis e transexuais que ainda hoje estão sujeitos à patologização psiquiátrica; a regulamentação das/dos trabalhadoras/res do sexo ou a proibição e criminalização da prostituição, etc. A lista de temas que aproxima sexualidade e política é enorme, e cada um desses assuntos carrega uma complexidade intrínseca no debate público. Esses enredamentos atestam a contundente afirmação de Gayle Rubin (1993): “o sexo é sempre político” (SANTOS, 2016).

O sexo é sempre político pois o corpo é produzido a partir dessas normas e leis sociais que foram sendo (re) produzidas através do sexo, que assim produz a identidade de gênero do sujeito, pois como discorrido acima, o sexo é da ordem do real do corpo, da anatomia e da biologia; o gênero é da ordem do simbólico e do imaginário, que provém da cultura que o sujeito se encontra (JORGE E TRAVASSOS, 2018). Se gênero e sexo andam juntos formando aquilo que compreendemos em nossa sociedade como atribuição de sentido sobre que é masculino e feminino, esse corpo que também é produção cultural, se torna um corpo (identidade) político.

As travestis vivenciam inúmeros tipos de violência contra seus corpos, desde a infância até sua vida adulta. De acordo com Araújo e Vieira (2020) as travestis, na maioria das vezes, expressam sua identidade de forma “consciente” por volta dos 10 a 12 anos, desta forma, o preconceito acontece desde o período escolar. Os profissionais da educação não estão preparados para lidar com transição de gênero, à falta de informação a aceitação dos alunos na classe, a violência física e psicológica faz com que ocorra a desistência da sua formação acadêmica, interrompendo a escolaridade antes mesmo de terminar o ensino fundamental, são poucas que chegam ao ensino médio e são raras as que conseguem chegar ao ensino superior.

É claro que há diferenças entre políticas que buscam explicitamente a morte de determinadas populações e políticas que produzem condições de negligência sistemática que na realidade permitem que as pessoas morram. Foucault nos ajudou a articular essa distinção quando falou sobre as estratégias bastante específicas do biopoder, a gestão da vida e da morte, de forma que não requerem mais um soberano que decida e ponha em prática explicitamente a questão sobre quem vai viver e quem vai morrer (BUTLER, 2019).

Na possibilidade de existência e urgência para produzir este corpo e performatizar sua identidade, as travestis recorrem financeiramente para prostituição, método que corrobora para realização de cirurgias, sobrevivência nas ruas e existência na sociedade. Silva (2007) a criação e manutenção deste corpo gera um certo custo, muitas são expulsas de casa e perdem sua rede de apoio. A prostituição se torna um lugar de possibilidades para a existência da travesti.

Importante refrisar que o lugar de pertencimento de cada sujeito e sua identidade de gênero dentro da prostituição é compreendida e calculada de diferentes modos. O corpo da travesti é regulado socialmente, sendo destinado quase que automaticamente para um lugar marginalizado, conseqüentemente, a prostituição vem como método de existência e sobrevivência, mas ainda assim, mesmo se identificando e intitulado seu corpo e lugar de mulher, as travestis vivenciam as ruas de maneira diferente de uma mulher ou homem cisgênero que também utilizam da prostituição como lugar de existência. As violências contra seus corpos são diferentes, pois elas atravessam a barreira da normalidade dos corpos binários, sendo agredidas por serem prostitutas, por se identificarem enquanto mulheres e não realizar a modificação do órgão genital ainda nominado como masculino.

O sexo dos corpos de fato constitui um ato discursivo, carregado de sentidos próprios que lhes são socialmente atribuídos. Assim, o sentido do que é vendido varia de acordo com o sexo e com o corpo. Homens e mulheres que se prostituem não compartilham exatamente a mesma experiência em seus trabalhos porque os mesmos conjuntos de sentidos atribuídos não são aplicados para ambos os padrões de transações: eles não vendem a mesma coisa. Embora o “sexo” seja vendido em ambos os casos, trata-se de um ato sexual no qual seu sentido é distintivamente generificado. Diferenças (e desigualdades) entre mulheres e homens, portanto, existem tanto no nível do discurso, como nas práticas materiais que se assentam sobre as narrativas. Similarmente, o sexo que é vendido por “negros” e “brancos” ou por “homens” e “garotos”, carregam diferentes significados, produzindo assim diferentes experiências e (potencialmente) diferentes identidades, tanto para quem vende, como para quem compra. Talvez dito de forma mais convincente, esses terrenos variados de significados apresentam sentidos potencialmente diferentes, que são ou rejeitados ou apropriados em processos ativos de autorrepresentação (KAYE, 2003 apud SANTOS, 2016).

É necessário compreender que através da prostituição, que se torna seu trabalho e forma de sustento, existe também uma identificação, mesmo que cultural entre esses sujeitos. Quando pensamos na travesti, automaticamente a associamos como prostituta, de acordo com Sobottka (2013) que utiliza a concepção de Marx, o trabalho é um fator de “autoidentificação distintiva do homem com o produto do seu trabalho”. Analisando

através desta vertente, a travesti se insere na prostituição, pois também faz parte da sua característica identificatória através desse produto comercializado, que neste caso, é seu corpo.

É através do trabalho e nas condições da organização social do trabalho, que o ser humano se produz reproduzindo sua vida, seu gênero e sua sexualidade, sintetizando assim sua condição de ser natural e humano (SOBOTTKA, 2013).

“E se sentir prazer naquilo com que se trabalha for critério para escolher profissão, a minha já estava escolhida. E se eu fosse puta? Bom, agora eu era.” (MOIRA, 2018).

O medo que esse povo sente a gente já sabe qual é: quanto menos violência envolvida, quanto menos estigma atrelado, mais mulheres vão começar a se dar ao direito de escolher se prostituir, escolher ganhar em cima do prazer de homens (e num futuro não tão distante, inclusive de outras mulheres), e isso seja pra pagar uma simples conta, poder comprar algo de que sente falta, um presente, sair no fim de semana, seja pra fazer disso sua fonte principal de subsistência, impondo o valor que desejam, um valor que lhes permita viver, mais do que apenas sobreviver. Isso o moralismo não aceita, uma mulher que escolha por livre e espontânea vontade aproveitar-se do prazer de homens para dali retirar seu sustento, ganhar saciando esses desejos, fantasias, carências, uma mulher que encontre no sexo sua realização profissional (MOIRA, 2018).

No livro *Vida Trans*, Marcia Rocha (2017) criadora do Transempregos (projeto instituído em 2013), descreve que o fato de a pessoa não ser ou não aparentar mais aquilo que está escrito em seu RG, não a faz uma profissional pior do que as outras. Essa discriminação – às vezes velada, e, muitas vezes, descarada – acaba colocando as travestis em um “beco sem saída”, no qual se veem encurraladas e sem alternativas além da prostituição para conseguir sobreviver. Desta forma, ao considerar o sexo como um serviço negociado, as travestis precisam investir no corpo para torná-lo o mais atraente possível, mesmo sendo um agravante para a condição da sociodesvalorização (FERREIRA, 2009).

“Podemos estar falando também sobre os profissionais do sexo transgêneros que têm que se defender contra a violência nas ruas e o assédio da polícia” (BUTLER, 2019). Mesmo discriminadas e como população vulnerável, as travestis se tornam cada vez mais palpáveis em meio a sociedade, articulando seu corpo em espaços que antes não era permitido existir. Contudo, muitas ainda estão fixadas nas ruas, utilizando seus corpos como veículo de prostituição e sustento.

Esses corpos reunidos, mesmo quando não estão falando ou não apresentam um conjunto de reivindicações negociáveis, o apelo por justiça está sendo representado. Corpos que expressam o lugar de “nós não somos descartáveis”, não importando que estejam ou não usando palavras no momento (BUTLER, 2019).

No documentário *Quebrando Tabu* (2018), no episódio sobre LGBTFobia, é referido que “o Brasil tem a maior parada do orgulho LGBT do mundo e ainda assim, é um dos países mais homofóbicos e transfóbicos. O país que mais busca por pornografia com transexuais e travestis na internet, também é o que mais mata essas pessoas, segundo a ONG Transgender Europe, mais de 800 Travestis e Transexuais foram assassinadas no Brasil, entre 2008 e 2016, mais que o triplo do México, que é o segundo colocado”.

O direito a existir e de resistir que a travesti estabelece a sociedade quando se define mulher, mesmo que seja por intermédio da prostituição que corrobora também em uma satisfação, seja pela produção do seu corpo, seja pela incorporação desta identidade, seja pelo prazer e desejo provocado neste cliente, extrapolando assim, as fronteiras normalizadoras desta sociedade heteronormativa. “E dizer o quanto me achou mulher, o quanto me achou bonita, tudo o que eu precisava nesses primeiros passos de puta, nesses primeiros passos de Amara (MOIRA, 2018).

A inquietação que me moveu nessa delicada e polêmica discussão sobre a travesti é a intrínseca relação existente entre a estrutura do sujeito e o discurso dominante atual (JORGE e TRAVASSOS, 2018). As práticas sexuais que abrem ou fecham superfícies ou orifícios à significação erótica, reinscrevem efetivamente as fronteiras do corpo em conformidade com novas linhas culturais (BUTLER, 2020).

Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, as recursar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno [...] A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos (FOUCAULT, 1995 apud BUTLER, 2019).

A realidade tenciona e impõe novos desafios que conduzem a reflexões que dialoguem com o real vivenciado. Por isso é necessário ir além da normatização do corpo, mas também reconhecer a identidade de gênero e orientação sexual como determinantes

sociais da saúde. Além disso, é preciso considerar “o déficit de políticas públicas para essa população em virtude da transfobia estrutural” (BAGAGLI, 2017).

O mundo como deveria ser teria que salvaguardar os rompimentos com a normalidade e oferecer apoio e afirmação para os que realizam essas rupturas. Ninguém deveria ser criminalizado pela sua apresentação de gênero, e ninguém deveria ser ameaçado com uma vida precária em virtude do caráter performativo da sua apresentação de gênero (BUTLER, 2019).

Os significados daquilo que é considerado como estranho, incoerente, aquilo que está “fora” da lei, que nos dá uma maneira de compreender o mundo inquestionado da categorização sexual como um mundo construído, e que certamente poderia ser construído diferentemente (BUTLER, 2020).

As travestis expressam diariamente através de seus corpos a possibilidade de existência em sociedade, de não ser apenas um corpo descartável, como pontua Butler (2019) “ainda estamos aqui, persistindo, reivindicando mais justiça, uma libertação da precariedade, a possibilidade de uma vida que possa ser vivida”.

Quando exercemos o direito de ser o gênero que somos ou quando exercemos o direito de nos envolver em práticas sexuais que não causam dano a ninguém, então estamos certamente exercendo certa liberdade (BUTLER, 2019).

Finalizo esse capítulo transcrevendo a resposta de Judith Butler em entrevista ao programa de televisão Canal Brasil. *Jup do Bairro: O que todas as pessoas têm em comum? Judith Butler: Bem, nós temos muitas coisas em comum, não é? Nós temos a terra em comum. Nós temos o desejo.... de viver, de respirar. De andar pelo mundo sem medo. Nós temos o desejo de mostrar nossos corpos. De tocar outros corpos. De sermos sexuais e de celebrar a nossa sexualidade. Nós temos muitas coisas em comum. O que os nossos corpos têm, ou deixam de ter, é importante, mas não define quem nós somos. A minha anatomia não me define. Eu defino a minha autonomia, ou minhas relações definem meu corpo. E não só no que diz respeito à minha anatomia. Ninguém quer ser reduzido à pura anatomia. Ainda assim, nós vivemos em um mundo social que procura saber quem nós éramos, qual sexo nos foi designado ao nascer e que quer nos prender a esse sexo. Mas não se trata de afirmar fatos da biologia. É uma operação de controle e regulação sociais. Então, por exemplo, sob o governo do Trump e, é claro, do Bolsonaro, você vê essas iniciativas. Negar a realidade das trans. Vamos trazer as pessoas trans de volta para o sexo e o nome que elas receberam quando nasceram. Como se isso fosse a realidade. Como se a realidade fosse o que alguém decide quem*

*somos, ou como somos chamados. Como se não pudéssemos mudar essa realidade. Essa é uma grande batalha. E nós estamos vendo isso no leste europeu, vemos isso na França. Vemos isso aqui, entre os evangélicos de direita. E é claro, nós vemos isso nos movimentos anti-ideologia de gênero que tomaram conta da Argentina, do Brasil, e de outros países da América Latina. Mas nós temos que ter o vocabulário e a força para lutarmos contra isso.*⁶⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁶⁰ Grifo meu

Apesar de ainda, se pensarmos no tempo que essa profissão está estabelecida em nossa sociedade, as leis ainda não fazem jus a esta comunidade, contudo, é destacável que as redes sociais estão corroborando para que elas sejam vistas, quistas, compreendidas como sujeitos pertencentes a sociedade, como qualquer outro profissional que faça uso do seu tempo dedicando ao trabalho. A diversidade batendo o pé contra o sistema patriarcal e heteronormativo, faz-se ser vista e acopla as travestis prostitutas. Pois, nem toda prostituta é travesti, mas (culturalmente) toda travesti é prostituta.

Essa questão histórica é importante, pois também se torna um elemento da identidade das travestis. Esta identidade ultrapassou o campo das identidades sexuais ou de gênero, se tornando também uma identidade profissional. É evidente que não podemos cristalizar a associação entre travestis e prostituição, mas ao mesmo tempo não podemos deixar de considerar que a ocupação deste campo de trabalho pelas travestis por falta de oportunidades acabou por ter consequências importantes sobre sua constituição indenitária (ARAÚJO e VIEIRA, 2020).

A partir desse pressuposto teórico, o pesquisador procurou relacionar o objetivo da pesquisa, com as tais vivências das travestis que iniciaram sua transição nas ruas vinculadas a prostituição, entrelaçando com o contexto filosófico, utilizarei da Butler para fundamentar o olhar diante desses sujeitos.

Como observado nesta produção, o manejo que as travestis obtiveram em seu processo histórico na construção da sociedade é ainda ditado como matriz heterossexual. Se observarmos na constituição brasileira⁶¹ as diretrizes que regem as normas que protegem os direitos e deveres para com as travestis, são de fato, organizadas⁶², mas não cumpridas. É notória que quando a violência é acometida contra o corpo das travestis, as leis não são cumpridas. Todas aquelas que rompem com as regras normativas da matriz heterossexual sabem que é impossível confiar plenamente nos dispositivos de segurança que acoplam a nossa lei social, eles mesmos são responsáveis por uma parcela significativa de violência contra os corpos das travestis (DEMETRI, 2018).

⁶¹ Site Oficial da Constituição Federal

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm);

⁶² O termo “organizadas” foi utilizado pelo autor no sentido epistêmico. A experiência de trabalho em um CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), no ano de 2018 na cidade de Castanhal-PA, que é um serviço disponibilizado pelo Governo Federal para a população em geral que sofre algum tipo de violação de direitos dentro da rede da assistência social. Durante minha experiência de trabalho como Psicólogo Social, nunca foi atendido uma travesti durante o meu turno. Mesmo sabendo que a duas ruas daquele espaço havia um grupo de travestis se prostituindo e em diversos momentos, sofrendo violência policial.

Se não se nomeia uma realidade, nem sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível (RIBEIRO, 2019). As travestis colocam seu corpo em jogo, como se fosse uma batalha. Elas existem, não são invisibilizadas pela sociedade, seus apagamentos surgem por meio das leis e matrizes ditadas pelas relações de poder que se estabelecem em cima desse gênero.

Mesmo com toda *batalha* que as travestis vêm travando com a sociedade sobre sua aceitação, ainda são classificadas como população vulnerável, de risco, onde o preconceito está inserido. No livro *Vidas Trans*, tem-se uma citação escrita por Jesus (2017), na qual corresponde precisamente ao lugar que elas buscam enquanto existência perante a sociedade:

“[...] quão difícil é explicar para as pessoas cis – que não são trans – o sentimento de plenitude que nos preenche. A transição entre como nosso corpo era, para a forma com a qual nós nos identificamos, é um nascimento: tornamo-nos nós mesmos. Engana-se quem acha que essa jornada é para fora, ela é para dentro” (JESUS, 2017).

O conceito de identidade como marco único e permanente vem se perdendo. A noção de incorporação é de grande valia para pensar toda essa ação. Incorporação de um novo corpo, construção, um novo significado, sendo esse corpo um meio de expressão social, ao construir essa identidade de gênero que gera interferência no próprio corpo (JAYME, 2004).

O corpo não pode ser tomado como algo terminado, mas como uma materialidade provisória, mutante e mutável, vulnerável às mais diversas formas de intervenção, sejam elas, científicas, tecnológicas e/ou eclesiásticas, sejam elas transgressivas e/ou marginais, políticas e/ou culturais, clarificando que o corpo não é universal e absoluto, mas plástico, flexível e relacional, portanto, produzido através de sua socialização e coletividade (PERES, 2011).

Falar do seu corpo e identidade, do seu lugar de prostituta, do seu mundo marginalizado é continuar repetindo esse lugar social estabelecido por anos. A crítica aqui pautada não é deixar de falar desse lugar histórico, porém, o que vêm além disso? Quais novos espaços as travestis percorrem e podem percorrer? Quais espaços (hoje) podem ser destinados para sua existência? Quais novos espaços foram criados para a possibilidade de existência de uma travesti?

Temos uma travesti que veio da prostituição, sendo hoje atriz, apresentadora, cantora, compositora e participante do reality BBB 22⁶³, assumindo seu lugar como

⁶³ Big Brother Brasil 22 tem sua vigésima segunda temporada como reality. Já houve outra participante no programa, porém a mesma não entrou se apresentando enquanto uma mulher trans.

sujeito social pertencente, assumindo-se para todos como uma travesti. Mérito de conquistas históricas.

“[...] Foucault nos mostra que ‘somos mais livres do que pensamos’, e que o decisivo na atualidade, é ‘a política de nós mesmos’.” Quando pensamos na travesti enquanto sujeito que quebra o paradigma de sexo/gênero, Filho (2016) pontua que a identidade é capaz de surpreender, pois ela remete a questões de desejo, amor, afetividade, tornando-se criadora das formas de sociabilidade, de política e de identificação que desvinculam o eu dos discursos dominantes da biologia, da natureza e da normalidade.

Diante da forma de sociabilidade que a travesti apresenta, tornando-se prostituta, mesmo que temporariamente, esta função fica atrelada a sua identidade permanentemente (ou até rompermos de vez essa construção social). Quando uma travesti é discriminada, essa violência não tem relação somente com uma identidade de gênero, mas também, é uma violência contra sua raça/etnia e estética/cultura que são provenientes do cissexismo, machismo, racismo, classismo etc. (FERREIRA, 2014). Além das discriminações ocorridas dentro de casa, por aqueles que consideramos “rede de apoio”, “muitas travestis relataram ter saído de casa já na adolescência, em razão das brigas e discriminações sofridas na família (FERREIRA, 2014). O abuso familiar está sempre associado a sentimentos de estar fisicamente impotente e indefeso, podendo gerar repulsa diante deste sentimento de afeto (ROSA, 2019). De acordo com Rosa (2019) tais formações comunitárias preocupam-se precisamente em silenciar a voz do Outro.

Tornou-se importante conhecer seu aprumado histórico, para identificar que violências eram passadas em épocas diferentes e por sujeitos diferentes. Primeiramente, pela mulher que não permitia tal identificação sobre sua identidade, depois foi necessário o rompimento, permitindo existir um lugar para a travesti e para a transexual e/ou pessoas trans. Transformistas, drag-queens, pessoas queers e demais possibilidades de identidades surgiram como forma de ramificação para um novo lugar, para este sujeito ou pelo menos para este momento que ele deseja se encontrar. Travesti não deveria ser um termo excludente, violento ou passível de ofensa. Travesti é mais uma categoria de identidade, travesti é uma travesti.

A partir dos dados analisados, pode-se concluir que a proposta da pesquisa se fez com grande relevância e importância. Desfragmentar essa visão (ainda) conturbada que a sociedade tem sobre o corpo travesti.

Com a caracterização do corpo feminino, muitas procuram a prostituição como fonte de renda para sobrevivência. Algumas estão pelo dinheiro designado para criação

e manutenção do corpo feminino, o que exige um valor alto para obtenção deste corpo, o poder de ser a mais bonita, a mais desejada, exige um padrão criado por elas para designar a melhor, o uso de maquiagens fortes e chamativas, saltos extremamente altos, cabelos naturais e/ou perucas/apliques que possa chamar bastante atenção, tanto no tamanho, quanto na cor. Tais apontamentos são propriedades criadas como leis dentro desse grupo, no qual, para se tornar travesti, tem-se que incorporar e se apropriar deste “papel”.

Não me parece apropriado supor uma afirmação que todas, de formas subjetiva, precisam caminhar majoritariamente pela prostituição. Mas, pode-se compreender que em sua maioria são de classes sociais de baixa renda e algumas, ainda, expulsas de sua própria moradia.

Pode-se dizer que todas buscam reconhecimento de alguma forma? Seu lugar de pertencimento no mundo? A busca por algum tipo de reconhecimento faz parte do caminhar histórico de cada sujeito. Contudo, para as travestis, existe algumas normas que geram manutenção em seus corpos, tornando a prostituição muitas vezes a única possibilidade de vislumbrar e dar continuidade a este "estilo" de vida.

Finalizo essa discussão com um apontamento importante que consta no site da ANTRA: não há o que comemorar, repetimos a cada ano e as nossas vozes não ecoam aonde deveria chegar. Estamos à mercê de nós mesmas. Quem chora por nós? Quem vai contribuir com a vaquinha para enterrar mais uma? para que não seja enterrada como indigente, sim! porque **abjeta**⁶⁴ já somos, a sociedade já nos cunhou esse adjetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011

ALVES, Mamede. **O corpo travestido e seu universo de significados diante do fenômeno da prostituição: uma reflexão gestáltica**. Trabalho de conclusão de curso – Bacharel em Psicologia pela Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

⁶⁴ Grifo do autor.

ANDRADE, Érico. **Reflexões sobre uma pandemia.** Vários mundos para uma só pandemia: contra a universalidade do discurso filosófico. Florianópolis: Néfiponline, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Coimbra: CES/Almedina, 2013.

ARAÚJO, Thiago E. V.; VIEIRA, Mariana C. **Território da comunidade travesti no centro de Teresina-PI.** Diversitas Journal. Santana do Ipanema/AL. vol.5, n.1, p.315-322, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). (23.04.2020). **Considerações da Abrasco sobre a saúde da população LGBTI+ no contexto da epidemia de covid-19 [online].** Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/consideracoes-da-abrasco-sobre-a-saude-da-populacao-lgbti-no-contexto-da-epidemia-de-covid-19/47257/>. [Acessado em 02 de julho 2021].

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. 2018. Apresenta informações sobre a ANTRA, o site parece desatualizado desde 2018. Disponível em: pessoal.atarde.com.br/marccelus2/antra/index.html. [Acesso em 09/03/2022].

BAGAGLI, Beatriz. **O reconhecimento das identidades trans nas políticas públicas para além da cisnormatividade.** In: OLIVEIRA, O.D.; PINTO, C.R. (org.). Trans políticas públicas. Campinas: Papel Social, 2017.

BENTO, Berenice. **Brasil: país do transfeminicídio.** Centro Latino-americano em sexualidade e direitos humanos (CLAM), Rio de Janeiro, 2014.

BENEDETTI, M. R. **Toda Feita:** O Corpo e o Gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BOVO, Cassiano Ricardo Martines. **Travestilidades versus agentes de segurança pública:** A produção acadêmica brasileira com base em um levantamento bibliométrico. Rev. Estud. Conflito Controle Social. Vol. 13, n.2, mai/ago, p. 273-295, Rio de Janeiro, 2020.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder:** Teorias da sujeição. Editora Autêntica, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das ruas:** notas para uma teoria performativa de assembleia. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos que Importam:** os limites discursivos do “sexo”. 1. Ed. Rio de Janeiro: Crocodilo, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. 20. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** 7. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CÂMARA, Amanda Bonner Peixoto. **“Cair na vida”: o espaço da prostituição como principal alternativa de renda para as mulheres transexuais e travestis.** Caderno Humanidades em Perspectivas, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 48-62, 2021.

CARDELLA, B. H. P. **A Construção do Psicoterapeuta: Uma Abordagem Gestáltica.** São Paulo: Summus, 2002.

CARVALHO, M; CARRARA, S. **Em direção a um futuro trans.** Contribuição para a história do movimento de travesti e transexuais no Brasil. N. 14. Rio de Janeiro: Revista Latino América, 2013.

DELBECQUE, Nicole. **A Linguística Cognitiva: Epigênese e Desenvolvimento.** Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

DEMETRI, D. F. **Corpos Despossuídos: Vulnerabilidade em Judith Butler.** Florianópolis: UFSC, 2018.

DOURADO, M, C, D, Adalberto; GOMES, C, Amanda; SOUZA, A, Daniella. **Pandemia da Covid-19: A Vulnerabilidade Social das Pessoas Trans e Travestis a Luz da Teoria Queer.** III Seminário nacional de sociologia. Universidade Tiradentes, Aracaju, SE. 2020.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Diversidade Sexual, Políticas Públicas e Direitos Humanos: Saúde e Cidadania LGBT em Cena. **Revista Temporalis**, ano 14, n. 27, p. 77-98, jan./jun, Brasília, 2014.

FELITTI, Chico. **Rainhas da Noite: As travestis que tinham São Paulo a seus pés.** 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FERREIRA, Rubens da Silva. **A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman.** Ciência da Informação. Brasília. vol.38, n.2, mai/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-1965200900020003&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

FERREIRA, Rubens da Silva. **As "bonecas" da pista no horizonte da cidadania: uma jornada no cotidiano travesti.** 2003, 153 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, 2003.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e Prisões: A Experiência Social e a Materialidade do Sexo e do Gênero Sob o Lusco-Fusco do Cárcere.** Tese (Mestrado em Serviço Social) - Programa De Pós-Graduação Em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2014.

FREIRE, Isa Maria. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

FILHO, Kleber Prado. **Foucault e a Psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. ed. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. (1985). **História da Sexualidade: o uso dos prazeres**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FORGHIERI, Y. C. **Psicologia Fenomenológica: fundamentos, método e pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

GARCIA, M. **Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda**. Rev. Psicologia USP, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 597-618, out./dez. 2009.

JAYME, Juliana Gonzaga. **Travestis, Transformistas, Drag-Queens, Transexuais: identidade, corpo e gênero**. 2004. Painel (Sexualidades Minoritárias? Identidades Associações e Movimentos LGBT) - VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra – Portugal, 2004.

JESUS, J; MOIRA, A; ROCHA, M; BRANT, T; NERY, J. **Vida Trans: A coragem de existir**. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017.

JORGE, Marco Antonio Coutinho; TRAVASSOS, Natália Pereira. **Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

JULIANO, Jean Clark. **A arte de restaurar histórias: o diálogo criativo no caminho pessoal**. São Paulo: Summus, 1999.

JUNIOR, Neurivan Gonçalves Netto. **O Percurso Semântico de Alguns Vocábulo do Pajubá: gírias faladas pelas bichas**. Tese (Licenciado em Letras Português) - Instituto De Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e Sexualidade: Pedagogias Contemporâneas**. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Apresenta informações sobre o medicamento PREP. Disponível em: www.gov.br [Acesso em 09/03/2022].

MOIRA, A; ROCHA, M; BRANT, T; NERY, J. **Vida Trans: A coragem de existir**. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017.

MOIRA, A. **E se eu fosse pura**. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

MOURA, Ismarina Mendonça; MILANEZ, Nilton. **Políticas de morte: o corpo do sujeito trans na pandemia**. Revista Humanidades e Inovação v.7, n.27, 2021.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NAVAS, Kleber de Mascarenhas. **Travestilidades: trajetórias de vida, lutas e resistências de travestis como construção de sociabilidade**. 2011. 113f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Alessandra Mawu Defendi. **La realidad de mujeres transexuales y sus movimientos sociales en Sudamérica en tiempos de COVID-19**. Revista Ciencias y Humanidades, v. 10, n. 10, p. 101-131, 2020.

PATRIARCA, Letizia. **Pelo bairro: um exercício descritivo da prostituição de travestis no Jardim Itatinga**. Ponto Urbe [Online], São Paulo, 2017.

PERES, William Siqueira. **Michel Foucault: Sexualidade, Corpo e Direito**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

PORCHAT, Patricia. **Psicanálise e Transexualismo: Desconstruindo Gêneros e Patologias com Judith Butler**. Curitiba: Juruá, 2014.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual**. Zahar, 2022.

QUEIROZ, Eliane de Fátima Covem. **Ciberativismo: as novas ferramentas dos movimentos sociais**. Goiânia: Panorama, 2017.

REICH, Evânia; BORGES, Maria de Lourdes; XAVIER, Raquel Cipriani. **Reflexões sobre uma pandemia**. Núcleo de Ética e Filosofia Política – NÉFIPO. Florianópolis, 2020.

REIS, T. **Psicologia e Diversidade Sexual: desafios para uma sociedade de direitos**. Brasília: CFP, 2011.

ROMFELD, Victor Sugamoto. **Inimigas da moral sexual e dos bons costumes: um estudo dos discursos jurídico-criminológicos sobre as prostitutas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

ROMFELD, Victor Sugamoto. **Prostituição Brasileira e COVID-19: a difícil “vida fácil” das prostitutas em tempos de pandemia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

ROSA, Hartmut. **Resonance: A Sociology of Our Relationship**. This English Edition O Polity Press, 2019.

- SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. SaoPaulo: Tres Estrelas, 2012.
- SAFATLE, Vladimir. **O Circuito dos Afetos: corpos políticos, desemparo e o fim do indivíduo**. 2. ed. ver.; 6, reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SANTANA, D, S, Alef; MELO, P, Lucas. **Pandemia de covid-19 e população LGBTI+.** (In)visibilidades dos impactos sociais. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, 2021.
- SANTOS, Daniel. **Homens no mercado do sexo: fluxos, territórios e subjetivações**. Tese – Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.
- SANTOS, Laís Silveira. **Dilemas morais da gestão pública brasileira no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus**. Revista de Administração Pública, v. 54, n. 4, p. 909-922, 2020.
- SILVA, Deni Iuri Soares Candido da; SANTOS, Odair José Silva dos. Semântica, gênero e sexualidade: o conceito dos pajubás da comunidade lgbt. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO**, Vol.2, N. 16, Universidade do Grande Rio, Rio de Janeiro, 2017.
- SILVA, Hélio R. S. **Travestis: entre o espelho e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- SILVA, Hélio R. S. **Travesti, a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ISER, 1993.
- SOBOTTKA, Emil A. Liberdade, reconhecimento e emancipação - raízes da teoria da justiça de Axel Honneth. **Dossiê.: Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, no 33, mai./ago., 142-168, 2013.
- TRANSMISSÃO, CANAL BRASIL. Judith Butler debate os problemas de gênero com Linn da Quebrada e Jup do Bairro, **youtube**, 07/06/2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DMge3Uc9sUs&t=794s>>
- UZIEL, Anna Paula. Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. vol.14, n.2, mai/set. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200008&lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2020.
- VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação de mestrado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.
- VIARO, R. V. **Freud, Foucault e a problemática do sujeito: o mal-estar na civilização em análise**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019.
- ZAPATA, N; OLIVEIRA JR, N. H. Design de moda e cultura Queer: o devir-drag como expressão de gênero. **Revista D.:** Design, Educação, Sociedade e Sustentabilidade, Porto Alegre, v. 9, n. 2, 80-91, 2017.

ZAPATA, M. O. **Reflexões sobre o processo minoritário**: design de moda, arte e audiovisual. Porto Alegre: PUCRS, 2020

ZHU, Na.; ZHANG, Dingyu.; WANG, Wenlig.; XINGWANG, Li. I.; YANG, Bo.; SONG, Jingdong. et al. 2020. **“A novel Coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019”**. New England Journal of Medicine. Fevereiro de 2020. n. 382, p. 727-733.

ZIZEK, S. **“El coronavirus es un golpe al capitalismo a la Kill Bill...”**. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020.